

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
ESCOLA DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO
FACULDADE DE JORNALISMO

ALLANE MORAES PINTO
GABRIELA TIBURCIO RODRIGUES DE SOUZA

DEPOIS DA FRONTEIRA: JOVENS VENEZUELANOS
E A EDUCAÇÃO EM SÃO PAULO

CAMPINAS

2023

Allane Moraes Pinto
Gabriela Tiburcio Rodrigues de Souza

DEPOIS DA FRONTEIRA: JOVENS VENEZUELANOS
E A EDUCAÇÃO EM SÃO PAULO

Relatório Técnico apresentado à disciplina ATIVIDADE DE ORIENTAÇÃO DE PROJETO EXPERIMENTAL, da Faculdade de Jornalismo, da Escola de Linguagem e Comunicação, da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, como exigência parcial para aprovação na referida disciplina, sob orientação da Profa. Dra. Juliana Doretto.

PUC-CAMPINAS

2023

Ficha catalográfica elaborada por Mirian Teixeira CRB 8/6546
Sistema de Bibliotecas e Informação - SBI - PUC-Campinas

070.449 Souza, Gabriela Tiburcio Rodrigues de
S895d

Depois da fronteira: jovens venezuelanos e a educação em São Paulo / Gabriela Tiburcio Rodrigues de Souza, Allane Moraes Pinto. - Campinas: PUC-Campinas, 2023.

95 f.: il.

Orientador: Juliana Doretto.

TCC (Bacharelado em Jornalismo) - Faculdade de Jornalismo, Escola de Linguagem e Comunicação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2023.

Inclui bibliografia.

1. Jornalismo literário. 2. Migração. 3. Educação. I. Pinto, Allane Moraes. II. Doretto, Juliana. III. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Escola de Linguagem e Comunicação. Faculdade de Jornalismo. IV. Título.

23. ed. CDD 070.449

SUMÁRIO

Introdução	4
CAPÍTULO 1	
1.1. Contextualização do tema e recorte jornalístico	6
1.2. Modalidade	13
1.3. Justificativa	14
1.4. Processo de apuração	16
1.5. Seleção de fontes e pautas	20
CAPÍTULO 2	
2.1. Desenvolvimento da produção	26
2.2. Processo de edição	34
2.3. Proposta de divulgação	40
2.4. Custos e gastos	43
Referências bibliográficas	44
Anexos	49

Introdução

O Projeto Experimental “Depois da fronteira: jovens venezuelanos e a educação em São Paulo” é um produto jornalístico executado na modalidade jornalismo impresso, no formato de livro-reportagem, desenvolvido em modelo físico e, para fins de divulgação, em e-book. A versão digital da produção está temporariamente hospedada no seguinte endereço: <https://drive.google.com/drive/folders/12DPonH4LMuY96N9zRKFVIBVjsiHaAWKx?usp=sharing>. Após a aprovação do projeto, o livro poderá ser acessado por meio do link inserido na biografia do perfil do Instagram criado para divulgá-lo (@depois.dafronteira), disponível em: <https://www.instagram.com/depois.dafronteira/>.

O livro relata as vivências acadêmicas de migrantes e refugiados venezuelanos no Estado de São Paulo, com o objetivo de mostrar aos estudantes que convivem ou podem vir a conviver com esses adolescentes e jovens no ambiente escolar quais são os direitos dos estrangeiros no Brasil, sobretudo em relação à educação, e como podem oferecer suporte para possíveis dificuldades acadêmicas e/ou socioculturais enfrentadas por esses alunos. Para isso, relatamos as histórias de nove venezuelanos que vivem e estudam em São Paulo, nos diferentes níveis de ensino — Fundamental, Médio e Universitário —, em cidades que mais acolhem pessoas dessa nacionalidade: São Paulo, Campinas, Bauru e São José dos Campos.

Na reportagem, abordamos ainda os direitos gerais dos migrantes e refugiados no Brasil, com ênfase na educação; como funciona o processo de migração e a diferença entre migrante, refugiado e apátrida; o que é xenofobia e o que a lei diz sobre isso; o cenário sociopolítico da Venezuela; e maneiras de instituições de ensino, professores e estudantes auxiliarem esses estudantes latino-americanos.

Sendo assim, o público-alvo do livro é a juventude brasileira com idade entre 13 e 24 anos. Esse recorte se dá, pois entendemos que não era possível elaborar um livro-reportagem que pudesse se voltar tanto a crianças quanto a adolescentes e jovens. Para que pudéssemos abarcar diferentes experiências, optamos por direcionar a reportagem à segunda faixa etária. Entendemos ser relevante que os estudantes tenham acesso a um conteúdo que valoriza a integração e diversidade, para que venham a contribuir com isso no presente e no porvir. Ao conversar com

esse grupo, o livro pretende esclarecer possíveis dúvidas com relação ao refúgio e a migração e ajudá-lo a entender como pode contribuir com os estudos latino-americanos e de outras nacionalidades, inclusive com propostas de integração deles às instituições de ensino.

Com o intuito de esclarecer questões relacionadas à produção do projeto, este Relatório Técnico vai contextualizar o tema; explicar e justificar o recorte jornalístico escolhido para a elaboração da reportagem; definir a modalidade e gênero do produto; demonstrar o processo de apuração e seleção de fontes; e, ainda, expor como foi o desenvolvimento da produção e divulgação do livro.

CAPÍTULO 1

APRESENTAÇÃO DO TEMA E DA MODALIDADE

1.1. Contextualização do tema e recorte jornalístico

Devido à crise humanitária que afeta a República Bolivariana da Venezuela desde 2013, cerca de 7,2 milhões de venezuelanos já fugiram do país, de acordo com a Organização Internacional para as Migrações. Nesse ano, como aponta o relatório “Estudo de país de origem - Venezuela” (2019), do Ministério da Justiça e da Segurança Pública do Brasil, que representa o início do mandato de Nicolás Maduro, o país passou por um agravamento na situação política, econômica e institucional, que já vinha com o governo anterior, de Hugo Chávez (1954-2013), com altos níveis de violência, escassez de comida, de medicamentos e de água, inflação e miséria, situação que se estende até os dias atuais.

De acordo com o mesmo documento, a partir do segundo ano de mandato, em 2014, o governo de Maduro tornou-se cada vez mais autoritário, em uma tentativa de conter os protestos que eclodiram. Nos anos que se seguiram, a população enfrentou um colapso socioeconômico, que continuou a se agravar após a reeleição de Maduro, em 2018, em uma eleição marcada pelo baixo comparecimento às urnas, como aponta a reportagem “Maduro é reeleito presidente da Venezuela com uma forte abstenção e em meio a denúncias de fraude”¹, do jornal El País (2018).

De acordo com o mesmo documento, as fronteiras da Venezuela foram fechadas, em fevereiro de 2019, por uma decisão interna do governo venezuelano, levando os cidadãos a saírem do país de forma ilegal e evitando, assim, a entrada de ajuda humanitária. Nesse ano, segundo o Parlamento do país, a inflação chegou a 2.688.000% e parte da população, em uma situação de extrema pobreza, perdeu o acesso à água e medicamentos. Durante a pandemia de Covid-19, que teve início em 2020, a Venezuela enfrentou uma queda no preço do barril do petróleo, importante *commodity* do país, intensificando a crise econômica e social (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2020).

¹ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/20/internacional/1526840397_319633.html. Acesso em: 17 de abr. 2023.

Em entrevista cedida ao periódico venezuelano *El Diario*, o economista Asdrúbal Oliveros, que vive na Venezuela, afirmou que, para um país que não passou por uma guerra ou um desastre natural de grande magnitude, a Venezuela vive uma das piores crises econômicas e humanitárias do mundo. Conforme a reportagem, as motivações para a crise se concentram na produção de petróleo, que despencou em 80% entre os anos de 2013 e 2020, pela desvalorização do produto e por deficiências na indústria petrolífera do país, agravadas por sanções americanas contra o governo de Maduro. Em 2017, o país se tornou a primeira grande nação petrolífera a atingir um nível hiperinflacionário, o que gerou a “destruição da moeda e o empobrecimento acelerado dos cidadãos e do patrimônio” e fez com que uma parte significativa da população vivesse em condições de vulnerabilidade (Sahhar, 2021).

Segundo a Pesquisa de Condições de Vida (Encovi) de 2022, realizada pela instituição venezuelana Universidade Católica Andrés Bello², 81,5% da população da Venezuela vive em situação de pobreza. A pesquisa revelou ainda que o país está no continente com maior índice de desigualdade do mundo, sendo ele o mais desigual da América. Os dados foram coletados no mês de julho de 2022³.

O Programa Venezuelano de Educação e Ação em Direitos Humanos (Provea), uma organização não governamental, e o pesquisador Carlos Aponte Blank desenvolveram, no ano de 2021, uma pesquisa a respeito das condições socioeconômicas da Venezuela no século XXI. Segundo o estudo, a maior parte das famílias do país depende de mais de uma renda formal para comprar produtos básicos, e por isso muitos venezuelanos têm de ter mais de um emprego para se sustentar. Outro método de sobrevivência é a venda de propriedades e pertences, mas essas soluções não garantem que as pessoas saiam da linha da pobreza, o que limita o acesso a serviços de saúde, a educação de qualidade e alimentação adequada.

De acordo com a Agência da ONU para Refugiados (Acnur), a Venezuela vive um momento de violência generalizada, que vai de encontro à Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), proclamada pela Assembleia Geral das Nações

² Universidade localizada em Caracas, na Venezuela.

³ Disponível em:

<https://assets.website-files.com/5d14c6a5c4ad42a4e794d0f7/636d0009b0c59ebfd2f24acd_Presentacion%20ENCOVI%202022%20completa.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2023.

Unidas em 10 de dezembro de 1948⁴. A DUDH determina a obrigação por parte dos governantes dos países-membros de garantir que a população exerça seus direitos e liberdades assegurados pela proteção dos Direitos Humanos. Sendo assim, países-membros, como a Venezuela, se comprometeram, junto à Organização das Nações Unidas, a promover o respeito universal e a observância dos direitos e liberdades dos seres humanos. Contudo, a crise da Venezuela coloca a população em situação de vulnerabilidade em relação à garantia de seus direitos ao ameaçar a segurança de seus habitantes.

Como reflexo da crise socioeconômica e da degradação dos Direitos Humanos, milhões de venezuelanos deixaram o país, a fim de buscar melhores condições de vida. Até janeiro de 2023, mais de 7,13 milhões de venezuelanos deixaram o país, segundo dados divulgados pelo Acnur⁵.

Por conta da proximidade com o país, muitos desses indivíduos optam por se mudar para o Brasil. Até maio deste ano, havia mais de 450 mil refugiados e migrantes da Venezuela vivendo aqui⁶. Somente como refugiados, os dados mais atuais do Conare (Comitê Nacional para Refugiados) contabilizam que, de 2016 a junho de 2022, o Brasil recebeu 49.975 pedidos de refúgio de venezuelanos.

A Organização Internacional para as Migrações (OIM) define como migrante internacional qualquer indivíduo que se desloque através de uma fronteira entre países, “independentemente do estatuto legal da pessoa; do movimento ser voluntário ou involuntário; das causas do movimento; ou da duração da estadia”. Para o órgão, o refúgio também é, portanto, um tipo de migração internacional, porém com um agravante de violação de direitos⁷.

De acordo com a Agência da ONU para Refugiados⁸, refugiados são aqueles que são obrigados a deixar seu país de origem devido a temores de perseguição

⁴ AGÊNCIA da ONU para Refugiados. **Situação da Venezuela**. Disponível em:

<<https://www.acnur.org/emergencias/situacion-de-venezuela>>. Acesso em: 4 set 2023.

⁵AGÊNCIA da ONU para Refugiados. **Situação da Venezuela**. Disponível em:

<<https://www.acnur.org/emergencias/situacion-de-venezuela>>. Acesso em: 4 set 2023.

⁶PLATAFORMA de Coordenação Interagencial para Refugiados e Migrantes da Venezuela. **Refugiados e migrantes da Venezuela**. Disponível em:

<<https://www.r4v.info/es/refugiadosymigrantes>>. Acesso em: 04 set. 2023.

⁷NAÇÕES Unidas. **Migrações**. Disponível em:

<<https://unric.org/pt/darfur-cessacao-das-hostilidades-e-uma-prioridade-muito-urgentelembra-secretario-geral-3/#:~:text=A%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20Internacional%20para%20as,do%20movimento%20ser%20volunt%C3%A1rio%20ou>>. Acesso em: 04 set 2023.

⁸ Agência da ONU para Refugiados. **Refugiados**. Disponível em:

<https://www.acnur.org/portugues/quem-ajudamos/refugiados/>. Acesso em: 10 de maio de 2023.

relacionados a questões de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a um determinado grupo social ou opinião política, bem como em razão à grave e generalizada violação de direitos humanos e conflitos armados. Assim, no caso dos imigrantes venezuelanos, essa condição seria a que melhor se enquadra em suas realidades. Por essa razão, a maioria dos que chegam desse país ao Brasil buscam ser acolhidos nessa categoria.

Até março de 2023, 100 mil refugiados venezuelanos foram interiorizados, realocados de Roraima, ponto de entrada no país, para cerca de 930 cidades brasileiras, segundo o Ministério de Desenvolvimento Social. Dados do ArcGis (Plataforma de Sistemas de Informações Geográficas da Unicamp) demonstram que, entre os 645 municípios do Estado de São Paulo, os cinco que mais receberam venezuelanos de 2000 a 2019 foram, respectivamente: São Paulo, com 5.598; Campinas, com 559; Bauru, com 446; Guarulhos, com 393; e São José dos Campos, com 233. A plataforma não é atualizada desde 2020, ano em que a pandemia da Covid-19 se iniciou. No total, o estado contabilizava até o ano em que se fez a pesquisa 11.607 venezuelanos registrados⁹.

No Brasil, segundo o levantamento do Subcomitê Federal para Recepção, Identificação e Triagem dos Imigrantes¹⁰, entre janeiro de 2017 e fevereiro de 2022, foi registrada a entrada de mais de 700 mil venezuelanos. Com relação ao perfil desses migrantes, 30% têm entre 18 e 29 anos, e 16% têm entre 0 e 17 anos, ou seja, estão em idade escolar. Apesar do alto número de entradas no Brasil, o levantamento mapeia que 376.459 desses 700 mil venezuelanos deixaram o país, seguindo para outras rotas, enquanto 325.763 permaneceram em território nacional.

Já de acordo com dados do Unicef¹¹, Fundo das Nações Unidas para a Infância, entre 2015 e agosto de 2019, o Brasil recebeu quase 64 mil solicitações de

⁹ PLATAFORMA de Sistemas de Informações Geográficas (ArcGis - Unicamp). **Venezuelanos**.

Disponível em:

<<https://unicamp-arcgis.maps.arcgis.com/apps/dashboards/757af00255af4c1eb3153bd78a5ea1be>.

Acesso em: 5 set. 2023.

¹⁰ Organização formada por nove órgãos do Governo Federal, sendo eles o Ministério da Justiça e Segurança Pública; o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; o Ministério da Cidadania; o Ministério da Defesa; o Ministério da Economia; o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; o Ministério das Relações Exteriores; e o Ministério da Saúde.

¹¹ CRISE migratória venezuelana no Brasil. **UNICEF**. Genebra/Nova Iorque/Brasília: 2019a. Disponível em:

<https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/unicef-lanca-apelo-global-e-pedeusd-64-5-mil-hoes-para-resposta-a-crise-migratoria-venezuelana>. Acesso em: 10 maio. 2023

refúgio de crianças e adolescentes venezuelanos. A organização estimava que, em 2020, o total deles chegariam a 100 mil. Contudo, o acesso à fronteira brasileira ficou restrito durante o período de pandemia, dificultando a concretização da previsão. Segundo o Relatório de 2023 do Refúgio em Números, em 2022, o Conare reconheceu 4.081 pessoas como refugiadas, sendo que 72,2% correspondiam a venezuelanos. Entre eles, 1.020 têm entre 15 e 24 anos. Com esses números, percebemos que é grande o número de adolescentes e jovens entre os migrantes e refugiados venezuelanos.

Instituído pela lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013¹², o Estatuto da Juventude define os indivíduos com idade entre 15 e 29 anos como jovens, elencando seus direitos, os quais devem ser garantidos e promovidos pelo governo brasileiro. No Capítulo II, Seção II, o Estatuto garante ao jovem o direito à educação:

Art. 7º. O jovem tem direito à educação de qualidade, com a garantia de educação básica, obrigatória e gratuita, inclusive para os que a ela não tiveram acesso na idade adequada.

Art. 8º. O jovem tem direito à educação superior, em instituições públicas ou privadas, com variados graus de abrangência do saber ou especialização do conhecimento, observadas as regras de acesso de cada instituição.

Art. 9º. O jovem tem direito à educação profissional e tecnológica, articulada com os diferentes níveis e modalidades de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, observada a legislação vigente.

Já o Estatuto da Criança e do Adolescente¹³, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, define como crianças as pessoas até 12 anos incompletos e como adolescentes aquelas entre 12 e 18 anos. Em seu Capítulo IV, Artigo 53, o estatuto garante à criança e ao adolescente o direito à educação com igualdade de condições para acesso e permanência, pública e gratuita, em escolas próximas de onde mora.

Além disso, a Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, denominada como a Lei da Migração, garante a migrantes e refugiados, independentemente de nação de origem, os mesmos direitos que os nacionais, assim como a Lei nº 9.474, de 22 de

¹² BRASIL. Lei 12.852, de 5 de agosto de 2013. Dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2013.

¹³ BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1990.

julho de 1997, responsável por definir os mecanismos que implantaram o Estatuto dos Refugiados, e a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951, documento da Organização das Nações Unidas. Entre os direitos assegurados por esses documentos está a educação, que é, além de tudo, um direito humano.

Embora a legislação garanta, em teoria, o direito à educação para os migrantes, isso não acontece na prática. Como mostra o relatório da Acnur “Integração de refugiados venezuelanos no Brasil”, citado acima, os venezuelanos têm 53% menos probabilidade de ir à escola do que os brasileiros. Segundo o documento, isso acontece porque eles enfrentam desafios na integração ao sistema educacional nacional, público e privado, consequência das diferenças entre os idiomas, escassez de professores que falam espanhol ou de cursos de língua portuguesa destinados a migrantes e falta de apoio da escola no processo de adaptação e de aprendizado.

Além disso, como destaca o relatório “Vozes das pessoas refugiadas no Brasil”, da Acnur (2021), os jovens migrantes enfrentam dificuldades no acesso à educação também em razão da pouca disponibilidade de materiais escolares inclusivos; da escassez de informação sobre matrículas e cursos profissionalizantes; da falta de apoio de pais e responsáveis com tarefas e trabalhos escolares, por não entenderem português; e do acesso limitado à internet.

Além disso, o relatório “Todos incluídos: a campanha pela educação de refugiados”, realizado também pela Acnur em 2022, aponta que a taxa de matrícula de refugiados no Ensino Fundamental em 2020 e 2021 era de 68%, e, no Ensino Médio, 37%¹⁴. No estudo, as taxas de matrícula foram definidas com base no número de alunos matriculados em um determinado nível de ensino, independentemente da idade, expresso em porcentagem em relação à população oficial em idade escolar correspondente ao mesmo nível de ensino.

Esses dados, contudo, referem-se aos refugiados de várias nacionalidades ao redor de todo o mundo. Ao citar Curci (2017), Generalli (2023) explica que há uma escassez de dados e informações específicas a respeito de jovens venezuelanos no Brasil, e a carência de políticas públicas de educação voltadas a

¹⁴ Disponível em <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2022/09/631ef5a84.pdf>. Acesso em: 15 de maio de 2023.

esses sujeitos se deve ao fato de que esse grupo é, na maioria dos casos, deixado de lado nas discussões sobre migração.

Além da vulnerabilidade vivida desde sua cidade natal, passando pelos desafios da imigração e, posteriormente, pelas barreiras no acolhimento, destacamos que crianças e jovens migrantes são, em geral, menos lembrados. Pensa-se nesse grupo “como ‘acompanhantes’, como os ‘filhos dos imigrantes’”, fora do “imaginário social da figura do imigrante tipificado se aproxima de algo como: adulto, trabalhador e homem” (Generalli, 2023, p. 62)

José Machado Pais (2017) define o processo de transição para a vida adulta, pela qual os jovens passam, como um período marcado pela imprevisibilidade. Para ele, a juventude (e incluímos a adolescência) é um momento intenso de construção de identidades, que são influenciadas pela condição social, pertença de classe, estruturas sociais e trajetórias de vida. Dessa forma, “para os jovens de hoje os direitos sociais mais atrativos são os que se expressam no bem-estar individual, como os que se centram em questões relacionadas com o gênero, a sexualidade, os estilos de vida e a qualidade da mesma” (Pais; Lacerda;Oliveira, 2017). Entendemos que a garantia à educação está situada nesse arcabouço de direitos.

Diante disso, nosso trabalho trata, por meio da perspectiva de adolescentes e jovens venezuelanos que vivem nas quatro das cinco principais cidades que mais recebem essa nacionalidade no estado de São Paulo (São Paulo, Campinas, Bauru e São José dos Campos), como é a experiência da migração forçada pela ótica da educação, vivendo em um país estrangeiro cuja cultura é diferente da conhecida por eles. Por meio de um livro-reportagem direcionado também ao público jovem, especificamente de 13 a 21 anos, tivemos como objetivo falar ainda sobre o contexto da crise humanitária da Venezuela e da migração venezuelana para o Brasil, além dos direitos da população migrante.

Para definir a faixa etária de nosso público-alvo, procuramos contemplar adolescentes e jovens que estudam nos Ensinos Fundamental, Médio e Superior e que podem conviver com outros estudantes migrantes. Assim, a fim de que os leitores pudessem se identificar com o conteúdo do livro, buscamos ouvir venezuelanos com idades próximas àquelas definidas como alvo.

Procuramos abordar ainda os direitos dos migrantes no país, com destaque à garantia à educação, que afeta diretamente o cotidiano dos jovens. Relatamos as

vivências escolares e universitárias desses jovens, relativas especialmente às dificuldades com o aprendizado do português e *bullying*, apontando, alternativas para garantir aos migrantes o acesso a um ensino de qualidade. Também tivemos a intenção de mostrar aspectos positivos da inclusão dos venezuelanos nos sistemas educacionais no país, como a possibilidade de cursar o Ensino Superior em universidades públicas, o acolhimento das instituições e o apoio dos colegas e professores para facilitar o ensino e aprendizado.

1.2. Modalidade

Definimos para o nosso Projeto Experimental a modalidade impressa, sob o formato de livro-reportagem. Entende-se, aqui, livro-reportagem como um “veículo de comunicação impressa não-periódico que apresenta reportagens em grau de amplitude superior ao tratamento costumeiro nos meios de comunicação jornalística periódicos” (Lima, 2009, p.26). Ao utilizar o formato de livro, a reportagem ultrapassa a barreira da periodicidade, aproximando-se da literatura e trazendo ao jornalismo um caráter duradouro. Segundo Marcelo Bulhões (2007, p. 192):

[...] ao buscar aproximar-se da literatura, o jornalismo parece ensaiar uma tentativa de resistir à possibilidade iminente de perecimento. Nesse movimento, o jornalismo de tradição textual foi suplantando o espaço efêmero e frágil da página do jornal diário, chegando a ocupar o formato do livro.

De acordo com Edvaldo Pereira Lima (2009), há uma diferença entre livro-reportagem e outras publicações definidas como livro. Nas concepções do autor, o primeiro é caracterizado pelo tratamento jornalístico do conteúdo, que trata de fatos, e pelas funções de informar, orientar e explicar, oriundas do jornalismo. Enquanto, no outro modelo, não há a dependência da apuração.

O livro-reportagem faz parte do que chamamos de Jornalismo Literário, um modo de fazer jornalismo com base em uma visão mais humanizada, que se aprofunda nas histórias contadas. Assim, seu objetivo é “fazer com que o leitor passe pela experiência sensorial, simbólica, de entrar naquele mundo específico que a matéria retrata” (Lima, 2014, p.15). Para Jonas Migotto Filho (2015), constituem o Jornalismo Literário:

Narrativas humanizadas, que apresentam personagens ao leitor, os descrevem, os fazem conversar e criam tensões e expectativas enquanto o leitor acompanha a história por dentro, cada movimento e cada rumo que ela toma. Ler uma grande reportagem no estilo Jornalismo Literário é como ler um romance. (Migotto Filho, 2015, p. 11).

Nosso Projeto Experimental, como já dito, aborda o cotidiano de jovens venezuelanos que estudam em instituições de ensino do estado de São Paulo e que enfrentaram dificuldades ao longo do processo de adaptação ao Brasil. Optamos pelo livro-reportagem por conta de sua extensão e, portanto, de sua capacidade de se aprofundar nas histórias, sem, contudo, deixar de lado as características informativas do jornalismo. Sendo assim, foi possível explorar as histórias dos personagens ao mesmo tempo em que trouxemos luz à legislação, a dados quantitativos e à contextualização dos temas abordados, sob a visão de especialistas.

Como o objetivo de nosso projeto, entre alguns pontuados acima, é ajudar os estudantes brasileiros a entenderem os direitos educacionais dos migrantes e promover uma discussão acerca da migração e do refúgio, por meio de histórias de jovens venezuelanos que cursam do Ensino Fundamental ao universitário, o livro-reportagem produzido dialoga com o público jovem.

Para mais, o livro-reportagem permite ainda o recurso de infográficos, gráficos e ilustrações, que, no nosso caso, são essenciais para explicar questões complexas aos jovens, como aquelas que dizem respeito à legislação referente a migração e o refúgio. Tais estratégias têm, portanto, a intenção de tornar a leitura dinâmica e menos densa, tendo em vista que os recursos visuais, “ao combinar textos e imagens num processo de complementação, assumem a propriedade de conduzir – no sentido de dar direção, transpor, comunicar – a informação até o público em geral”, de modo a tornar mais claro o entendimento da informação apresentada (Domiciano; Valente, 2020, p. 60).

1.3. Justificativa

De acordo com o relatório “Integração de refugiados e migrantes venezuelanos no Brasil”¹⁵, organizado pelo Acnur em 2021, cerca de 50% dos migrantes venezuelanos que vivem no Brasil têm entre 20 e 40 anos e 20% têm menos de 20 anos. Ou seja, há uma grande parcela de jovens venezuelanos no país. Com os mesmos direitos que os nacionais, conforme instituído pela Lei nº 13.445 e pela Lei nº 9.474/97, os migrantes têm, entre suas garantias, o direito à educação, que é fundamental para ajudar esses jovens a protegerem-se de recrutamento forçado para grupos armados, trabalho infantil, exploração sexual e casamento infantil. A educação garante, ainda, acesso ao conhecimento e permite o desenvolvimento de habilidades para viver de modo produtivo, satisfatório e independente¹⁶.

Mesmo com as leis, ainda há lacunas para que os jovens migrantes tenham acesso a uma educação de qualidade. Isso ocorre porque, como já dissemos, esse grupo precisa lidar com a diferença entre os idiomas e a falta de apoio de escolas e universidades no processo de aprendizado, como já mencionado neste projeto. Em razão disso, o grupo teve o objetivo de, por meio de um livro-reportagem, abordar os direitos dos jovens migrantes venezuelanos no Brasil e dar visibilidade às dificuldades enfrentadas por eles no acesso à educação.

Notamos ainda, durante nossas pesquisas, que não existe nenhum produto com esse recorte específico direcionado à juventude (refletindo o que acontece com o jornalismo de modo geral), o que torna o projeto, que tem grande relevância social, uma iniciativa também inédita. Ademais, a proposta, ao se aprofundar na educação dos jovens migrantes, vai além da trajetória da migração até o Brasil, oferecendo outro olhar sobre a vivência dos venezuelanos no país, que normalmente é retratada como crise, instaurada principalmente no norte do país¹⁷. Ressaltamos, aqui, que a presença de venezuelanos no Brasil é resultado de uma migração potencializada por

¹⁵ INTEGRAÇÃO de Venezuelanos Refugiados e Migrantes no Brasil. **Agência da ONU para Refugiados**. Brasília, 2021. 5 p.

¹⁶ AGÊNCIA da ONU para Refugiados. **Educação**. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/temas-especificos/educacao/#:~:text=A%20educa%C3%A7%C3%A3o%20um%20direito,explora%C3%A7%C3%A3o%20sexual%20e%20casamento%20in%20fantil.>>. Acesso em: 20 abr. 2023.

¹⁷ Pode-se citar como exemplo a reportagem disponível em <https://veja.abril.com.br/mundo/como-a-crise-da-venezuela-afeta-o-brasil/?utm_source=google&utm_medium=cpc&utm_campaign=eda_veja_audiencia_institucional&gad=1&gclid=Cj0KCQjwslejBhDOARIsANYqkD395lvzD1v3QvDVSbzVLfqKkkFfp4PKGYoZ9UZk08vTM6F4skYboucaAoNaEALw_wcB>. Acesso em: 15 maio 2023.

uma crise. Assim, a crise não é a presença dessa população em território brasileiro, mas o que a levou a migrar. Nesse contexto, o livro buscou contextualizar a crise na Venezuela, procurando oferecer análises superficiais, como essas trazidas pela mídia hegemônica.

Além disso, como dissemos, o objetivo do produto elaborado é contar as histórias de jovens venezuelanos nas cinco cidades do estado de São Paulo citadas em relação à educação, promovendo uma discussão sobre os direitos dos migrantes, para que as instituições de ensino e jovens brasileiros saibam como acolhê-los da melhor forma. Dessa forma, acreditamos que a modalidade impressa, em formato de livro-reportagem, tenha sido a opção ideal para o projeto, visto que o romance de não ficção e o jornalismo literário conseguem abordar os assuntos da contemporaneidade de modo mais profundo que os meios de comunicação jornalística periódicos, como aponta Lima (2009, p. 26)¹⁸. Com o livro-reportagem, é possível trazer as experiências dos entrevistados com densidade e sensibilidade, aperfeiçoando assim nosso domínio das técnicas de apuração e redação jornalísticas.

1.4. Processo de apuração

No primeiro semestre de 2023, nos dedicamos a compreender melhor os temas que aparecem no conteúdo de nosso livro. São eles: o contexto da crise venezuelana; a diferença entre migrante e refugiado; e os direitos dessa população no Brasil, especialmente em relação à educação. Além disso, buscamos quantificar, por meio de dados, o máximo de informações possíveis sobre os temas refúgio, migração, juventude e educação. Abaixo, compilamos o resultado das nossas pesquisas e leituras:

Contexto da crise na Venezuela

Em entrevista feita ainda durante o período de férias, e julho, Gilberto Maringoni, doutor em História Social pela Universidade de São Paulo e especialista em história da Venezuela, nos disse que a crise do país é consequência da construção da economia em torno unicamente do petróleo, cujo preço é definido pelo

¹⁸ LIMA, Pereira Edvaldo. **Páginas Ampliadas**: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura. 4ª ed. São Paulo: Manole, 2009.

mercado internacional. Portanto, além de seu valor variar conforme a demanda, ele também depende da variação do câmbio. Em 2013, a desvalorização abrupta do produto no mercado internacional intensificou a situação política, econômica e institucional da Venezuela, como já mencionamos anteriormente.

Ainda segundo Maringoni, a queda do preço do petróleo levou à deterioração da estrutura do Estado venezuelano, que passou a ter menos receita para investir em infraestrutura para a população e na compra de todos os produtos que o país costumava importar. Com esse cenário, quedas de energia e problemas no abastecimento de mercados passaram a ser comuns. Além disso, como também já dissemos anteriormente, a inflação da Venezuela disparou.

Quem são os migrantes e refugiados

Segundo o Glossário sobre Migração, elaborado pela Organização Internacional para as Migrações (IOM), a migração é definida como “qualquer deslocamento de pessoas, independentemente da extensão, da composição ou das causas” (OIM, 2009, p. 40). Isso inclui o movimento de refugiados, apátridas e migrantes econômicos. Já a migração internacional envolve a transposição de fronteiras internacionais. Ela é definida pelo mesmo glossário como o “movimento de pessoas que deixam seus países de origem ou de residência habitual para se fixarem, permanente ou temporariamente, noutro país” (OIM, 2009, p. 42). Esse processo também pode ser denominado de imigração, ainda que a palavra migração também o comporte.

Apesar de ser considerado um tipo de migração, o refúgio é um movimento mais particular. De acordo com o Artigo 1º da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997, que diz respeito ao Estatuto de Refugiados¹⁹, será reconhecido como refugiado todo indivíduo que: I - devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país; II - não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias

¹⁹ AGÊNCIA da ONU para Refugiados. **Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados**, 1951. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_R_refugiados.pdf. Acesso em: 21 de mar. 2023.

descritas no inciso anterior; III - devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país.

No Artigo 2º desta mesma lei, consta que os efeitos da condição dos refugiados são estendidos aos membros do grupo familiar que dependem economicamente dele, desde que estes se encontrem em território nacional.

Desde a promulgação da Lei 9.474/97 até o ano de 2021, 58.775 pessoas foram reconhecidas como refugiadas no Brasil. Desse número, 48.784 dessas pessoas são da Venezuela, ou seja 83% do total de reconhecidos como refugiados no país são venezuelanos (Cavalcanti; Oliveira; Silva, 2022).

Para fazer a solicitação de refúgio, o estrangeiro precisa procurar uma delegacia da Polícia Federal ou autoridade migratória assim que cruzar a fronteira e solicitar formalmente a proteção do governo brasileiro. Ainda assim, a solicitação de refúgio pode ser feita a qualquer momento, mesmo que a pessoa já esteja morando no Brasil há muito tempo. O pedido, então, é encaminhado ao Comitê Nacional para Refugiados (Conare) para avaliação, e o solicitante recebe um Protocolo provisório de solicitação de refúgio. Em seguida, é feita a última etapa para o reconhecimento de refúgio: a entrevista com um representante da Conare. A partir daí, basta aguardar o resultado do processo, que pode ser deferido ou indeferido.

Direitos dos migrantes e refugiados à educação no Brasil

De acordo com a Lei nº 13.445/17, conhecida como a Lei de Migração, o migrante tem acesso livre e igualitário a serviços, programas e benefícios sociais, bens públicos, assistência jurídica integral pública, trabalho, moradia, serviço bancário, seguridade social e também educação. É assegurado pela lei, ainda, o direito à educação pública, vedada a discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória do indivíduo.

Já o Artigo 5º da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997, que estabelece o Estatuto de Refugiados, diz que o refugiado gozará de direitos e estará sujeito aos mesmos deveres dos estrangeiros no Brasil, como está disposto ainda na Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados, de 1951, e no Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados, de 1967, ambos da Acnur, cabendo a ele ainda a

obrigação de “acatar as leis, regulamentos e providências destinados à manutenção da ordem pública”.

Nesse sentido, no capítulo IV da Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951, que é referente ao bem-estar dos refugiados, constam artigos que tratam da educação, que trazemos aqui:

Art. 22 - Educação pública

1. Os Estados Contratantes darão aos refugiados o mesmo tratamento que aos nacionais no que concerne ao ensino primário. 2. Os Estados Contratantes darão aos refugiados um tratamento tão favorável quanto possível, e em todo caso não menos favorável do que o que é dado aos estrangeiros em geral, nas mesmas circunstâncias, quanto aos graus de ensino além do primário e notadamente no que concerne ao acesso aos estudos, ao reconhecimento de certificados de estudos, de diplomas e títulos universitários estrangeiros, à isenção de direitos e taxas e à concessão de bolsas de estudo.

A Lei N° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, indica que o processo educacional é dever da família e do Estado e deve ser inspirado nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana. O objetivo da educação é preparar o educando para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. A lei define, ainda, os princípios com os quais o ensino deve ser ministrado.

Art. 3° - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância; [...]
IX - garantia de padrão de qualidade; [...]
XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais;
XII - consideração com a diversidade étnico-racial.

Ou seja, migrantes e refugiados têm os mesmos direitos que os nacionais, inclusive no que diz respeito à educação. A lei assegura um ensino igualitário e de qualidade; então, é dever das instituições de ensino que recebem pessoas de outros países garantir que eles estejam de fato aprendendo.

Dados referentes a migração e ao refúgio

Nos últimos 10 anos, em resposta à crise socioeconômica e à violência generalizada vivenciada na Venezuela, 7,1 milhões de venezuelanos deixaram o país em um movimento de migração forçada, como aponta a Organização Internacional para as Migrações. No Brasil, de acordo com os dados mais atuais do Conare (Comitê Nacional para os Refugiados), vinculado ao Ministério da Justiça, das 64.074 solicitações de refúgio recebidas, de 121 nacionalidades, entre 2016 e 2022, 49.975 foram realizadas por venezuelanos, o equivalente a 78% do total.

Já a última edição do relatório “Refúgio em Números”, organizado pelo OBMigra (Observatório das Migrações Internacionais) a partir dos dados da Polícia Federal em 2023, destaca que, somente em 2023, 20.718 venezuelanos solicitaram o reconhecimento da condição de refugiado, o correspondente a 50,1% dos 41.297 pedidos recebidos pelo Brasil. Nesse mesmo ano, os venezuelanos do sexo masculino somavam um total de 7.101, enquanto as mulheres venezuelanas representaram 6.606.

Segundo o Relatório Anual de 2022 da OBMigra, entre os anos de 2011 e 2021, 57.028 pessoas foram reconhecidas como refugiadas no Brasil, sendo que 85,6% delas eram da Venezuela. Esse período concentrou o maior número de solicitações de refúgio desde a promulgação do Estatuto do Refugiado. Além disso, 99,2% das solicitações de refúgio foram feitas entre 2011 e 2021, e cerca de 97% do total de refugiados reconhecidos desde a promulgação da lei, em 1997, também chegaram ao país nesse período.

1.5. Seleção de fontes e pautas

Os jovens protagonistas do livro foram selecionados a partir de pré-entrevistas realizadas presencialmente e por telefone ao longo do primeiro semestre de 2023. Eles se enquadram no perfil de jovens venezuelanos buscado por nós e, em uma conversa inicial, contaram sobre sua trajetória até o estado de São Paulo, as dificuldades que enfrentam em relação à educação e as ajudas que receberam. Já as fontes especialistas estudam migração, refúgio e/ou educação e nos ajudaram com dados e informações sobre o nosso tema, além de esclarecerem dúvidas que surgiram ao longo do processo de produção. Também contamos com o apoio de ONGs, que explicaram o que a sociedade brasileira, especialmente escolar, deve fazer para acolher o migrante.

Encontramos os especialistas e as ONGs por meio de pesquisas na internet e por indicações de amigos e professores. Já para entrarmos em contato com as fontes personagens precisamos realizar levantamento maior. Visitamos um restaurante venezuelano em Campinas, entramos em grupos de migrantes da cidade no Facebook, fizemos buscas no Instagram e no LinkedIn, entramos em contato com a coordenação de escolas e universidades, conversamos com os responsáveis por ONGs e divulgamos em nossas redes sociais um banner, feito no Canva, explicando que estávamos buscando estudantes venezuelanos. Como queríamos que houvesse uma aproximação entre o leitor e os personagens do livro, decidimos que a idade dos entrevistados deveria ser próxima da do público. Sendo assim, buscamos falar com adolescentes e jovens, e evitamos a entrevista com crianças, porque não haveria essa identificação pela idade. A seguir, apresentamos as fontes selecionadas para a nossa produção:

Jovens venezuelanos

Alejandro, 15 anos - São Paulo

Atualmente no 9º ano do Ensino Fundamental de uma instituição pública de São Paulo, veio para o Brasil em 2018, aos dez anos de idade. Ele conta que enfrentou muitas dificuldades relacionadas ao aprendizado da Língua Portuguesa. Inclusive, o jovem relata ter omitido sua nacionalidade na escola por medo de sofrer discriminação no país. Também escolheu um nome fictício para preservar sua identidade.

Anna, 15 anos - Campinas

Atualmente no 9º ano do Ensino Fundamental em uma escola particular de Campinas, veio para o Brasil em 2022. A adolescente conta que foi muito bem recebida na escola, tanto pelos colegas quanto pelos professores, que inclusive ofereceram a ela a possibilidade de fazer as provas em espanhol quando chegou ao país (porque a jovem iniciou os estudos uma semana antes da semana de avaliações). A família da menina optou por preservar a identidade dela e, por isso, ela escolheu um nome fictício para ser usado no projeto: Anna.

Deliana Torres, 12 anos - São Paulo

Veio para o Brasil em 2022, quando tinha 11 anos. Ela e sua família moraram quase um ano em Roraima antes de virem para São Paulo com a ajuda da ONG Refúgio 343. Atualmente, a menina está no 6º ano do Ensino Fundamental de uma escola pública e, apesar de não ter enfrentado muitas dificuldades para se adaptar ao ensino do país, conta que, quando chegou ao estado, demorou para contar aos seus colegas de sala que é venezuelana, porque sua mãe tinha medo de que ela sofresse *bullying* por causa disso.

Felipe Sandoval, 17 anos - São José dos Campos

Estudante do 2º ano do Ensino Médio, chegou ao Brasil em 2021. A princípio, veio para Manaus e depois se mudou para São José dos Campos, onde vive atualmente. Felipe e sua família precisaram fazer a solicitação de refúgio no país, mas ainda não obtiveram o resultado desse processo. Ele conta que sua maior dificuldade é o idioma e que não recebeu nenhum suporte da escola quando começou a estudar aqui.

José, 21 anos - Interior de São Paulo

Venezuelano estudante de Engenharia Mecânica em uma universidade pública em uma cidade no interior de São Paulo, veio para o Brasil com sua família em 2019. Ao questionar alguns conhecidos sobre como poderia entrar em uma faculdade no país, recebeu como resposta a afirmação de que não seria possível um estrangeiro ingressar em uma universidade pública brasileira, posto que o vestibular já é muito difícil para os próprios nacionais. Aprovado, mudou-se para a cidade do interior para fazer faculdade, onde recebeu o apoio de colegas e de professores. Para fazer as provas, porém, enfrentou desafios por ainda não conseguir se expressar corretamente em português. José optou por preservar sua identidade; por isso, seu sobrenome e a universidade onde estuda não foram divulgados no livro.

Madeleine Polanco, 23 anos - Campinas

Estudante de Ciências Biológicas na Unip de Campinas e estagiária na Sanasa, Madeleine chegou no Brasil em 2019. Apesar de já estar fazendo faculdade de Medicina Veterinária em seu país natal, ela percebeu que não conseguiria financiar esse curso em Campinas; por isso, escolheu outro. Mesmo com a

mudança, ela está feliz com sua decisão e sente que foi muito bem recebida pela universidade e os colegas. Inclusive, se tornou representante de turma no primeiro dia de aula.

Mailin Ortiz, 16 anos - Campinas

Estudante do 2º do Ensino Médio em uma escola particular de Campinas, a adolescente relata ter sofrido *bullying* com traços de xenofobia por parte de colegas. Ela ouviu que venezuelanos comem comida de cachorro e não têm “raça pura”, mas a escola não soube lidar bem com esse problema e a jovem teve que resolver por conta própria.

Oriana Medina, 20 anos - Bauru

Estudante do Ensino Superior em uma universidade pública em Bauru, a jovem já está no Brasil há 6 anos. Ela iniciou seus estudos no país no Ensino Fundamental e, apesar de não ter recebido suporte com relação ao idioma, a escola onde estudou disponibilizava plantões de dúvidas para que conseguisse acompanhar as disciplinas. Apesar das dificuldades, Oriana chegou a fazer um curso básico de Língua Portuguesa para se adaptar melhor aos estudos no país.

Ulisses, 16 anos - Campinas

Irmão mais velho de Anna, está no 1º ano do Ensino Médio na mesma escola particular que ela. Chegou ao Brasil em 2021 e começou a estudar no país no 9º ano. Assim como a irmã, foi bem recebido pelos funcionários da escola e pelos colegas de sala. Costuma ouvir alguns comentários sobre sua nacionalidade, mas considera-os brincadeiras de seus amigos. O entrevistado optou por preservar sua identidade e, por isso, usou um nome fictício no projeto, escolhido por ele: Ulisses.

Especialistas

Carla Mustafa, 39 anos

Advogada e coordenadora do Núcleo de Migrantes e Refugiados da Comissão de Direitos Humanos da OAB de São Paulo.

Danielle Pizetta, 41 anos

Chefe do Núcleo da Coordenação-Geral do Comitê Nacional para Refugiados (Conare) de Campinas.

Edmilson Garcia, 28 anos

Mestre em Educação e doutorando em Ciências Sociais, atua como agente de acolhimento na ONG Educação Sem Fronteiras.

Gabriela Azevedo de Aguiar, 45 anos

Psicóloga social e clínica, mestre e doutoranda em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social. Sua tese aborda a presença de crianças e adolescentes latino-americanos nas escolas brasileiras e as dificuldades enfrentadas por eles no processo de migração.

Gabriel Furquim, 33 anos

Advogado e presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB de Campinas.

Gilberto Maringoni, 65 anos

Doutor em História Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, tem experiência em História com ênfase na América Latina e é autor de livros sobre a história da Venezuela, como “A Venezuela que se inventa: poder, petróleo e intriga nos tempos de Chávez” (2004, editora Fundação Perseu Abramo) e “A revolução venezuelana” (2009, editora Unesp). Ele também é professor na Universidade Federal do ABC.

Joice Domeniconi, 31 anos

Doutora em Demografia e pesquisadora no Observatório das Migrações em São Paulo (Nepo - Unicamp). Desenvolve pesquisas na área da migração, com destaque para a migração internacional para o Brasil.

Maira Mora, 52 anos

Venezuelana, doutora em Ciências Pedagógicas e pós-doutoranda em Infância e Juventude com ênfase na Mobilidade Humana.

Sabrina Generali, 38 anos

Doutora em Comunicação e Práticas de Consumo pela ESPM, estuda a experiência de educadores de escola pública no contexto da fronteira Brasil-Venezuela. Sua tese discute como o comportamento dos educadores interfere na integração e no aprendizado dos refugiados, seja pela reprodução de falas e de ações preconceituosas, seja por uma percepção de provisoriedade da presença dos refugiados no país.

Sarah Lemos; não quis informar idade

Coordenadora-executiva do OBMigra (Observatório das Migrações Internacionais).

CAPÍTULO 2

DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO JORNALÍSTICA

2.1. Desenvolvimento da produção

A produção do livro-reportagem “Depois da Fronteira” teve início ainda no primeiro semestre, com apuração, busca por possíveis fontes e pré-entrevistas. Ao longo dos primeiros meses do ano, encontramos dificuldade em contactar os venezuelanos. Em decorrência da vulnerabilidade de sua situação, muitos com os quais conseguimos entrar em contato negaram a participação no projeto, por medo de expor suas histórias. Por isso, iniciamos o mês de julho com mais fontes especialistas confirmadas do que personagens.

Ainda no começo desse mês, decidimos, em reunião com nossa orientadora, quais deveriam ser os próximos passos. Em um primeiro momento, definimos as estruturas dos capítulos em: Introdução, Contexto da crise na Venezuela, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Ensino Superior e Conclusão. Percebemos que, para que nossos leitores pudessem compreender os motivos da migração de cada personagem, era necessário trazer elementos de suas vidas na Venezuela e isso os ajudaria a entender também a situação socioeconômica atual daquele país. Após essa contextualização, suas histórias em relação à educação no Brasil seriam abordadas, de acordo com o nível de ensino em que estão. Além disso, decidimos que um desses capítulos, cuja temática seria a educação, deveriam conter a história de três jovens, sendo, portanto, nove venezuelanos ao todo.

No entanto, tínhamos apenas quatro confirmações ao final do primeiro semestre. Por isso, intensificamos as buscas durante o período de férias. Recebemos algumas indicações de fontes por amigos e parentes, mas nem todos eram pertinentes ao recorte inicial, que seriam refugiados e moradores de Campinas, cidade que sedia nossa universidade. Por essa razão, percebemos a necessidade de ampliar as características definidas anteriormente. Passamos a conversar, portanto, também com venezuelanos migrantes que moram em outras cidades do estado de São Paulo. Dessa forma, conseguimos confirmar fontes personagens dos municípios que mais receberam venezuelanos nos últimos anos, conforme exposto no capítulo anterior. São elas: São Paulo, Campinas, Bauru e São

José dos Campos.

Aproveitamos nosso recesso também para estudar a realidade da Venezuela. Nosso primeiro entrevistado foi Gilberto Maringoni, especialista em História da América Latina e autor de livros sobre a Venezuela, como já indicamos. Com ele, abordamos questões como a estruturação da economia venezuelana unicamente no setor do petróleo e como esse sistema reflete na situação atual do país. Feita a entrevista, iniciamos a primeira versão da Introdução e do capítulo sobre a crise venezuelana.

Julho também foi o mês em que começamos a desenhar a diagramação da capa e do miolo de nosso livro. Entramos em contato com Israel Dias de Oliveira, por indicação de nossa orientadora. Ele é jornalista e editor na Casa Flutuante, uma editora especialista na produção de livros-reportagem produzidos por universitários e jornalistas independentes. Entraremos em mais detalhes sobre a diagramação no tópico seguinte.

Quando o segundo semestre se iniciou, tínhamos oito personagens confirmados, faltando apenas um adolescente do Ensino Fundamental. Para começarmos a execução do projeto, elaboramos um cronograma de entregas que nos ajudaria com a organização de todas as etapas. Decidimos continuar buscando o jovem que faltava enquanto dávamos início às entrevistas, que deveriam ser concluídas na primeira quinzena de setembro, segundo nosso planejamento.

Definimos que as entrevistas com os personagens seriam feitas presencialmente aos finais de semana, posto que nossos horários não coincidiam durante a semana e desejávamos que ambas participássemos de todas as conversas. Com os especialistas, decidimos nos reunir remotamente (pois a maior parte não é de Campinas), de acordo com a disponibilidade deles e de cada uma de nós; ou seja, nesse caso, não realizamos as entrevistas conjuntamente. Todas as perguntas feitas nas entrevistas foram analisadas previamente pela orientadora deste trabalho, e houve intenso trabalho de correção das questões propostas, para evitar repetições e para que variados tópicos pudessem ser abordados. Entre agosto e setembro, realizamos todas as entrevistas com as pessoas que participaram do livro e com outras que nos ajudaram na produção, mas que não estão na obra.

Tivemos, no entanto, algumas dificuldades no processo. A princípio, havíamos confirmado a participação de uma advogada especialista em migração que veio da

Bolívia para o Brasil. Porém, em agosto, não estávamos conseguindo agendar a entrevista, porque ela parou de responder às nossas mensagens, ligações e e-mails. Optamos, então, por buscar um novo profissional. Assim, pedimos ajuda a todos os outros especialistas com quem conversamos. Dois deles indicaram advogados que concordaram em participar do nosso projeto, e a quem nós entrevistamos: Carla Mustafa, Coordenadora do Núcleo de Migrantes e Refugiados da Comissão de Direitos Humanos da OAB de São Paulo, e Gabriel Furquim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB de Campinas.

Com relação às fontes “personagens”, começamos entrevistando, ainda em agosto, todos os universitários. Conversamos presencialmente com José e Madeleine Polanco, mas precisamos entrevistar Oriana Medina de maneira remota, porque ela mora em Bauru e nós não conseguíamos ir até lá dentro do prazo que havíamos estabelecido para realizar as entrevistas. Essas conversas foram de alguma maneira tranquilas para nós, porque os jovens têm a nossa idade e eram bem comunicativos. Nas entrevistas presenciais, usamos um microfone de lapela, que já tínhamos, para captar o áudio em nossos celulares de maneira clara, a fim de que pudéssemos consultar a gravação durante a escrita do livro — garantindo assim, que nos lembraríamos de tudo o que nos foi dito. Deixamos claro para todos os participantes que o áudio era de uso exclusivamente nosso e, portanto, não seria divulgado, já que muitos deles não quiseram se identificar no projeto.

Em setembro, finalizamos as entrevistas. Em uma troca de mensagens com a mãe de Felipe Sandoval, combinamos de entrevistá-lo no feriado de 7 de setembro, em São José dos Campos. O jovem era tímido e demorou um pouco para se “soltar”. No início, tivemos que repensar algumas perguntas para conseguir respostas mais complexas. Mesmo assim, ele conversou bastante tempo conosco, na companhia de seu irmão mais velho. Ao final da entrevista, ele e a mãe do adolescente também nos contaram suas experiências e percepções em relação à Venezuela.

No final de semana seguinte, fomos até São Paulo entrevistar Deliana Torres e Alejandro. Como Felipe, ambos eram tímidos. Além disso, não tinham muitas memórias da viagem ao Brasil, porque ainda eram crianças quando chegaram ao país. Sendo assim, as suas mães nos ajudaram a compreender melhor o cenário da Venezuela; por isso, as incluímos no livro. As mães solicitaram a presença na entrevista a fim de nos ajudar com esses detalhes, e os jovens também

demonstraram preferir a companhia delas ao conversar conosco, já que não nos conheciam. Apesar disso, notamos que eles ficavam felizes, pois esboçavam sorrisos, e se interessavam mais no assunto quando a pergunta era realizada diretamente a eles, e não a suas mães. Entrevistamos Alejandro na Missão Paz, uma organização da igreja católica que atua no acolhimento de migrantes e refugiados na cidade de São Paulo. Ir até esse local foi importante para nos inserirmos no cenário de muitos dos refugiados que chegam ao estado buscando ajuda. Já Deliana entrevistamos em um shopping da cidade de São Paulo, local que sua mãe indicou, ao dizer que ficaríamos mais confortáveis em falar conosco ali.

Tivemos dificuldade em marcar a entrevista com outras duas adolescentes. Como decidimos agendar previamente todas as entrevistas, marcamos em um mesmo final de semana com as duas jovens, que moram em Campinas. Com a primeira delas, houve duas remarcações de encontros presenciais. Como estávamos com receio de perder a fonte e sabíamos que seria muito difícil encontrarmos outra, dada a dificuldade que já havíamos enfrentado, aceitamos a proposta. A entrevista, porém, não foi fácil. A jovem não respondia diretamente às nossas perguntas, distraíndo-se facilmente com a presença de seus irmãos em seu quarto. Em certos momentos, ela parecia entediada e desinteressada em falar conosco. Mesmo assim, conseguimos que ela nos contasse o que desejávamos saber e, posteriormente, ela nos passou o contato de sua mãe para que conseguíssemos tirar algumas dúvidas.

Marcamos com a outra jovem em um domingo, mas sua avó faleceu naquele dia, e ela pediu para remarcar para a semana seguinte. No dia da entrevista, porém, a jovem também parou de nos responder, mas, como ela já havia nos dito o endereço de sua casa, fomos até lá. Quando chegamos, a irmã mais nova da adolescente nos informou que ela estava na casa de uma amiga e só voltaria mais tarde. Fomos embora e, no dia seguinte, ela nos mandou uma mensagem pedindo desculpas e explicando que seu celular havia ficado sem bateria; por isso, não conseguira nos avisar de que não poderia falar no domingo. Ela sugeriu, então, que marcássemos remotamente naquele mesmo dia, mas, ao chegar o horário da entrevista, notamos que ela havia bloqueado nossos números.

Por isso, decidimos buscar um novo personagem para substituí-la. Foi então que nossa orientadora sugeriu que ligássemos em uma escola particular, que ela sabia que nos receberia. De fato, o colégio tinha estudantes com o perfil que

buscávamos. O coordenador da instituição entrou em contato com os pais de dois irmãos venezuelanos alunos da escola, que autorizaram as entrevistas. Conversamos com Anna e Ulisses juntos, no colégio em questão, em seu horário de intervalo – uma sugestão do coordenador. Cada um dos irmãos respondeu às perguntas com suas próprias percepções e experiências, que são diferentes, como exposto no livro.

Com essas experiências, percebemos que fazer entrevistas com adolescentes é mais difícil do que imaginávamos. Em primeiro lugar, observamos que eles podem mudar de ideia facilmente com relação à data da conversa, ou até mesmo quanto a fazê-la. Por isso, precisamos ser pacientes e compreensivas com eles, mas continuar insistindo na entrevista, porque, se eles tiverem interesse de fato no projeto, vão encontrar um momento para falar conosco. Pareceu-nos que alguns deles queriam ter a certeza de que estávamos buscando o seu relato – talvez pensando no desinteresse que a sociedade, de maneira geral, tem nos jovens.

Além disso, notamos que, ao falar com os adolescentes, precisávamos nos adaptar a um estilo diferente de conversa, fazendo perguntas claras e de maneira simples, e manter a entrevista descontraída, para que eles ficassem interessados no assunto e respondessem às questões de modo que conseguíssemos contar suas histórias no livro. Também tentamos demonstrar interesse em seus gostos pessoais, para que eles se sentissem à vontade conosco e se abrissem mais.

Em relação aos especialistas, utilizamos pontos em comum nas histórias dos personagens para elaborar as perguntas a eles destinadas. Por exemplo, vivências com *bullying* foram alvo de questões. Nossa intenção, nesse caso, era que os comentários dos especialistas ajudassem nosso leitor a compreender o que é *bullying*, quando ele pode ser considerado xenofobia e o que os colegas e educadores devem fazer para evitar a situação.

Sobre temas relacionados à educação, falamos com Sabrina Generali, doutora em Comunicação e Práticas de Consumo; Edmilson Garcia, Mestre em Educação e doutorando em Ciências Sociais; e Gabriela Azevedo de Aguiar, mestre e doutoranda em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social. Para esclarecer questões sobre a legislação, entrevistamos Carla Mustafa e Gabriel Furquim, já citados neste capítulo. Por fim, Joice Domeniconi, doutora em Demografia e pesquisadora no Observatório das Migrações em São Paulo, e Maira

Mora, doutora em Ciências Pedagógicas e Pós-doutoranda em Infância e Juventude com ênfase na Mobilidade Humana, tiraram nossas dúvidas em relação à migração.

Entre os especialistas, a entrevista com Maira Mora foi nosso maior desafio. Maira é venezuelana e não fala português; e nós não falamos espanhol. A entrevista foi realizada por chamada de vídeo. Traduzimos nossas perguntas com ajuda da plataforma Google Tradutor e nos arriscamos na pronúncia. Como Maira falava muito rápido e não conseguíamos entendê-la, ela optou por digitar suas respostas no *chat*, ao mesmo tempo em que as respondia em voz alta. Assim, foi possível salvar as respostas em um documento, que traduzimos posteriormente. De certa forma, vivenciamos um pouco do que nossos personagens nos contaram: a dificuldade de compreender a fala de um nativo em uma língua que não dominamos.

Também entrevistamos fontes oficiais ligadas à migração, como Conare e OBMigra, e a Secretaria de Educação de São Paulo (Seduc), a fim de compreender as ações que o governo estadual propõe para a educação de migrantes. Precisamos cobrar nossos contatos do Conare e do OBMigra diariamente até obtermos as respostas para nossos questionamentos. Esse processo levou cerca de três semanas. Já com a Seduc, o tempo de espera foi maior. Havíamos levantado perguntas relacionadas às críticas dos venezuelanos que estudam em escolas públicas para compreender quais ações a Secretaria realiza para auxiliar migrantes e refugiados com o aprendizado. O órgão levou mais de um mês para nos enviar uma resposta em nota, mas esclareceu as nossas dúvidas.

Tentamos, ainda, falar com o Consulado Venezuelano de São Paulo, para que pudéssemos compreender como aquele governo avalia a situação daquele país e da migração de seus habitantes, mas descobrimos que ele foi fechado permanentemente. Chegamos a mandar e-mails e ligar nos consulados de outros estados brasileiros, mas nenhuma forma de contato foi bem-sucedida. Por fim, decidimos contactar a Embaixada da Venezuela no Brasil, em Brasília, mas não tivemos retorno. Da mesma forma, durante o processo de escrita do livro, sentimos a necessidade de termos uma posição da Operação Acolhida²⁰ em relação a fatos narrados pelos migrantes que passaram por seus abrigos, porém, ao procurar os responsáveis (Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e

²⁰ Programa do Governo Federal em parceria com a Acnur (Agência da ONU para Refugiados), que recebe migrantes e refugiados no Brasil.

Combate à Fome e Exército Brasileiro), não obtivemos respostas.

Ao final das quatro semanas em que nos propusemos a fazer todas as entrevistas, começamos a decupar as gravações e decidir quais especialistas estariam ou não no livro. Nesse período, percebemos que havíamos entrevistado 11 deles. Contudo, notamos que algumas dessas entrevistas, apesar de contribuir para que entendêssemos as temáticas abordadas no livro, sendo essenciais para nossa jornada de produção, não nos ajudariam na estruturação dos capítulos. Foram eles: Rodrigo Delfim, jornalista especialista em migração; Marta Avancini, jornalista de educação e editora pública da Jeduca (Associação de Jornalistas de Educação); e Labele Sobrinho, agente de acolhimento da ONG Refúgio 343.

Depois disso, iniciamos a escrita do livro. Optamos por escrever um capítulo por semana. Para elaborá-los, dividimos por igual as entrevistas dos personagens a serem decupadas. Cada uma de nós escutava as gravações e fazia anotações de tudo que havia sido relatado pelos jovens. Em seguida, discutíamos qual deveria ser a estrutura do capítulo, isto é, como uma história seria relacionada com a outra, compreendendo quais conexões poderiam ser feitas.

Durante essa discussão, também relemos nossas anotações das entrevistas com as fontes especialistas, para decidirmos como relacionar as explicações teóricas, contextualizações e contribuições que eles traziam com os relatos dos jovens. Assim, conseguíamos elaborar uma versão inicial da estrutura do capítulo, que era alterada conforme nós escrevíamos, em conjunto. Para nos prepararmos para o processo de escrever um livro, ainda durante o primeiro semestre, complementamos nossa formação acadêmica com cursos de Escrita Criativa e Estratégica, das escritoras Karou Dias e Natália Avila, e de Jornalismo de Educação da Jeduca, Associação de Jornalistas de Educação.

Em setembro, retomamos a escrita do primeiro capítulo, que havíamos iniciado anteriormente, após a entrevista com o professor Maringoni. Em julho, ele continha apenas o contexto da crise socioeconômica venezuelana, mas, com todas as entrevistas completas, pudemos abordar ainda a vivência de cada personagem em seu país, a fim de esclarecer o motivo de sua migração, conforme havíamos previsto na estruturação do livro. Essa adição foi importante, também, para mostrar que nem todos na Venezuela passam por dificuldades financeiras, mesmo que tenham decidido sair do país. Preocupamo-nos ainda em abordar o contexto

Venezuelano de modo aprofundado, e didático, de modo a fugir de representações superficiais, que, em nossa pesquisa, vimos ser recorrente na imprensa.

De acordo com o cronograma que organizamos no início de agosto, escrevemos um capítulo por semana, como mencionado anteriormente. No início de outubro, ainda não havíamos entrevistado Anna e Ulisses, por conta dos motivos citados acima. Por isso, passamos para a escrita do quarto capítulo, que aborda a história dos jovens no Ensino Superior. Nas semanas seguintes, escrevemos o segundo e o terceiro capítulos, sobre Ensino Fundamental e Médio, respectivamente. Por fim, voltamos em anotações que havíamos feito ao longo do processo de entrevistas e nas reuniões semanais de orientação para escrever a Introdução e a Conclusão do “Depois da Fronteira”.

Cada capítulo entregue foi lido, ao menos em parte, junto da professora em orientação, semana por semana, na medida em que ficavam prontos. Enquanto líamos, a professora colocava comentários, sugerindo alterações necessárias para que corrigíssemos posteriormente. Colocamos todos os textos em um drive compartilhado, para que todas tivéssemos acesso às mudanças.

Não foram poucas as dificuldades que tivemos nesse processo. Como mencionado anteriormente, nós estruturamos os capítulos de modo a relacionar as histórias dos jovens, entre si, e com as explicações dos especialistas. Porém, quando lemos o resultado, no primeiro capítulo entregue, sentimos que o texto não era tão atrativo para a juventude. Nós notamos que havia trechos muito grandes da mesma história, apesar de termos decidido que intercalaríamos os relatos das fontes, para que a leitura não fosse cansativa. Além disso, o início dos capítulos não estava instigante, e desejávamos que ele despertasse no jovem a vontade de continuar lendo. Sendo assim, optamos por reestruturar o texto.

Ao longo da escrita dos demais capítulos, durante a orientação, seguimos conversando sobre como aperfeiçoar a estrutura narrativa da reportagem. Precisamos inverter a ordem das histórias, “quebrá-las” em mais pedaços e fazer novas conexões. Foi nesse processo que concluímos que o ideal seria que os capítulos fossem divididos por diversos intertítulos. Como já havíamos escrito muito e sabíamos que cada capítulo ficaria muito grande, concordamos que a ideia seria boa tanto para criar pausas na leitura quanto para facilitar a conexão entre as histórias. Nosso maior desafio, no entanto, foi em relação à linguagem e tom do livro,

ponto sobre o qual falamos mais no tópico a seguir:

2.2. Processo de edição

Ainda no primeiro semestre, havíamos decidido que nosso livro seria destinado a um público de 13 a 21 anos. Por essa razão, como dito, a linguagem da obra foi um ponto com o qual tomamos cuidado, aperfeiçoando o tom de cada capítulo nos momentos de escrita e de edição. Definimos que a linguagem seria simples, para manter a leitura fácil e leve para os jovens, mas também didática, visando garantir que os leitores compreendessem questões teóricas, por mais complexas que fossem. Como desejávamos que a leitura continuasse interessante, não queríamos escrever textos muito grandes sobre esses temas complicados. Por isso, optamos por apresentar os mesmos especialistas diversas vezes no capítulo, e ao longo do livro, de modo que se retomasse a abordagem de determinado assunto, mas sempre procurando escrever de maneira clara, breve e interessante.

Além disso, buscamos investir no jornalismo literário, usando de recursos dessa modalidade, como diálogos, descrição de cenários e ponto de vista em terceira pessoa. Quando iniciamos a escrita, acreditávamos que esse processo seria fácil, porém, ele se mostrou muito desafiador. Sendo um livro-reportagem, precisávamos mantê-lo informativo, ao mesmo tempo em que contávamos histórias interessantes e envolventes. Ou seja, era necessário que construíssemos uma narrativa que mostrasse todos os detalhes relevantes de maneira natural.

Percebemos que isso seria mais complicado do que pensamos quando escrevemos um capítulo sobre as experiências escolares dos jovens pela primeira vez, o capítulo sobre o Ensino Superior. Quando fomos revisá-lo na aula de orientação, notamos que ele fugia daquilo que havíamos combinado. O texto estava monótono, sem muitos traços literários. Por causa disso, sentimos a necessidade de reescrevê-lo, com a preocupação de trazer mais elementos narrativos que ajudassem o leitor a imaginar as cenas.

Ainda pensando em deixar o livro interessante para os jovens, decidimos, nós e a orientadora, apresentar algumas fotos que representassem os venezuelanos que falaram conosco. A princípio, iríamos produzir essas fotografias durante as entrevistas presenciais, mas, como percebemos que alguns dos jovens não queriam se identificar, optamos por pedir a eles fotos de objetos ou lugares que os

representassem. Desse modo, as imagens seriam ainda mais representativas, porque mostram a visão que eles têm de si mesmos. Por causa disso, muitas fotos não têm alta definição, posto que eles as mandaram assim para nós.

Contudo, não foram todos os venezuelanos que enviaram esse material. Alguns, porém, encaminharam imagens encontradas na internet, mas que não podiam ser usadas por questões de direitos autorais. Assim, para conseguirmos manter essa ideia, decidimos fazer fotos ilustrativas, que refletem aspectos da história de cada um dos jovens, de modo a atender a intenção inicial de aproximar o leitor dos personagens.

Figuras 1 e 2: Exemplos de artes com fotos dos jovens

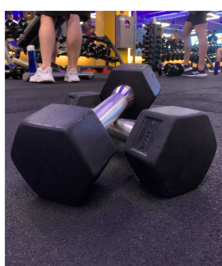
Alejandro



Alejandro e sua mãe ficaram 15 dias em um abrigo da Operação Acolhida
(Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil)



Igreja da Missão Paz, que acolheu o jovem
(Foto: Gabriela Tiburcio)



Em seu tempo livre, ele vai à academia
(Foto: Allane Moraes)

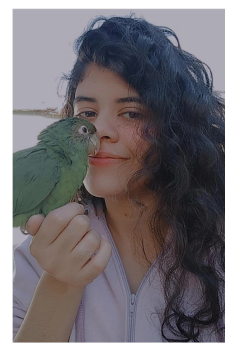
Madeleine Silva Polanco



Madeleine em sua cidade natal, Carúpano, em 2018
(Foto: Arquivo Pessoal)



Cega de um olho, a cadelinha Maya veio da Venezuela com a jovem
(Foto: Arquivo Pessoal)



Estudante de Ciências Biológicas, a venezuelana adora animais
(Foto: Arquivo Pessoal)

Fonte: Reprodução/Depois da Fronteira

Com a escrita de todos os capítulos finalizada, passamos a revisá-los no fim de outubro, de acordo com as sugestões feitas em aula pela professora, fazendo as alterações necessárias. Nesse período, voltamos a contactar os personagens para solucionar algumas dúvidas e também falamos novamente com Maira Mora, para

que ela respondesse a questões relativas ao seu país. Depois dessas edições, devolvemos os capítulos corrigidos para a orientadora, que fez novas alterações e apontou outras questões para serem aperfeiçoadas, nos ajudando também a adequar a linguagem aos jovens.

Como escolhemos produzir o livro em versão digital e impressa, concluímos que seria mais adequado que os links de sites que mencionamos ao longo da narrativa fossem oferecidos ao leitor por meio de QR Codes. Assim, caso ele estivesse lendo o modelo físico, poderia facilmente acessar as páginas indicadas fazendo a leitura da imagem, o que é mais fácil do que digitar o endereço da página no navegador. Ainda que o livro tenha diversos links em notas de rodapé, para referenciar de onde determinadas informações foram retiradas, decidimos que somente os sites que pudessem ajudar o leitor de alguma forma seriam inseridos desse modo. O objetivo era que esses trechos funcionassem como um serviço.

Com os capítulos finalizados, escrevemos a dedicatória, os agradecimentos, a sinopse e as orelhas, e selecionamos uma frase de abertura para o Depois da Fronteira. Escolhemos uma frase da Malala Yousafzai, paquistanesa refugiada e ativista que defende o acesso igualitário à educação.

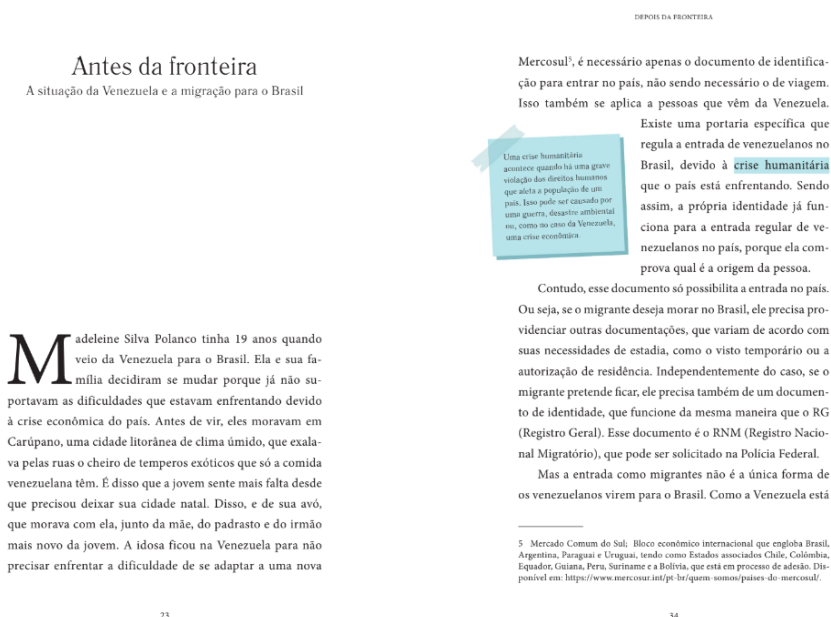
Para o projeto gráfico, contratamos um diagramador, que ficou responsável por elaborar a capa e fazer a diagramação do produto. Pedimos um design minimalista, com poucos elementos, mas que remetem às ideias abordadas no livro, como migração e educação. Tivemos como inspiração e referência livros como “Valentes: Histórias de pessoas refugiadas no Brasil”, de Aryane Cararo e Duda Porto de Souza; “Kalil o menino refugiado”, de Fernando Carraro; “O quintal de Aladim”, de Andréa Avelar; e “Barco de histórias”, de Kyo Maclear e Rashin Kheiriyeh, que tratam do nosso tema.

Ao decidirmos esses detalhes finais, encaminhamos os textos e as imagens para a diagramação no início de novembro. Ao longo do segundo semestre, trabalhamos com Israel, nosso diagramador, para aperfeiçoar a identidade visual do livro, que é a mesma usada na divulgação das redes sociais. Como dito, optamos por um design mais simples e leve, a fim de destacar o conteúdo e os infográficos. Por isso, foram utilizadas as fontes Minion Pro, Literaturnaya e Playlist Script, que foram escolhidas por sua boa legibilidade, e utilizadas em um tamanho maior para contribuir com a fluidez da leitura. Os espaçamentos são grandes pela mesma

ração.

Já a cor dos infográficos, ilustrações, orelhas e lombada foi escolhida em referência à Venezuela e ao Brasil. Decidimos usar azul por estar presente nas bandeiras dos dois países, representando no Depois da Fronteira a união entre as duas nacionalidades. Usamos a mesma cor, em diferentes tons, em elementos da capa e do interior do livro, com a intenção de criar identidade visual para o projeto, unificando todo o seu conteúdo.

Figuras 3 e 4: Exemplos da diagramação do livro



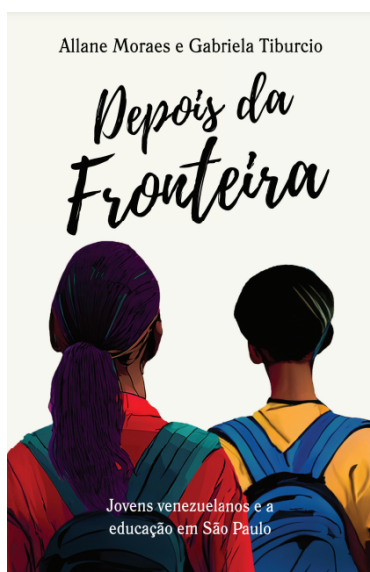
Fonte: Reprodução/Depois da Fronteira

A ilustração da capa foi desenvolvida a partir de ideias apresentadas por nós ao diagramador. De início, pedimos uma imagem de um estudante com uma mochila nas costas. Assim, seria possível identificar o tema educação, presente no livro. A primeira versão que nos foi enviada continha ilustração somente de uma menina. Como tínhamos a preocupação de entrevistar fontes de ambos os gêneros de maneira equilibrada, decidimos que a capa deveria refletir essa escolha. Por isso, solicitamos a inclusão de um menino. Utilizamos ainda o Canva²¹ para acertar alguns detalhes de nossa preferência em elementos como posição de título, intertítulo e

²¹ Plataforma de design gráfico.

nome e tamanho da ilustração. Para isso, nesse site, criamos um rascunho da capa e a enviamos como um exemplo do que queríamos para o diagramador, que nos entregou a versão atual da capa. Para identificar, de forma sutil, que a ilustração trata de venezuelanos, utilizamos as cores da bandeira da Venezuela – azul, vermelho e amarelo – em suas roupas e mochilas.

Figura 5: Capa do livro



Fonte: Reprodução/Depois da Fronteira

Além disso, para manter a leitura fluída e interessante ao público, elaboramos infográficos, como já mencionado, no Canva, de acordo com a escrita dos capítulos. Também decidimos trazer ilustrações em formato de post-it, feitas na mesma plataforma, para que pudéssemos explicar de forma didática termos que causariam dúvida em nosso público. Usamos esse recurso para que conseguíssemos adicionar conteúdo técnico ao texto, sem que isso interferisse na linha de raciocínio que estava sendo formada. A ideia era que eles atuassem da mesma maneira que notas de rodapé, com explicações detalhadas sobre a expressão utilizada, mas de uma forma mais atrativa ao público jovem. Nos casos em que colocamos apenas uma definição ou referência, optamos por usar de fato as notas. Todos esses recursos também foram editados em conjunto nas orientações.

Figuras 6 e 7: Exemplos de infográficos do livro

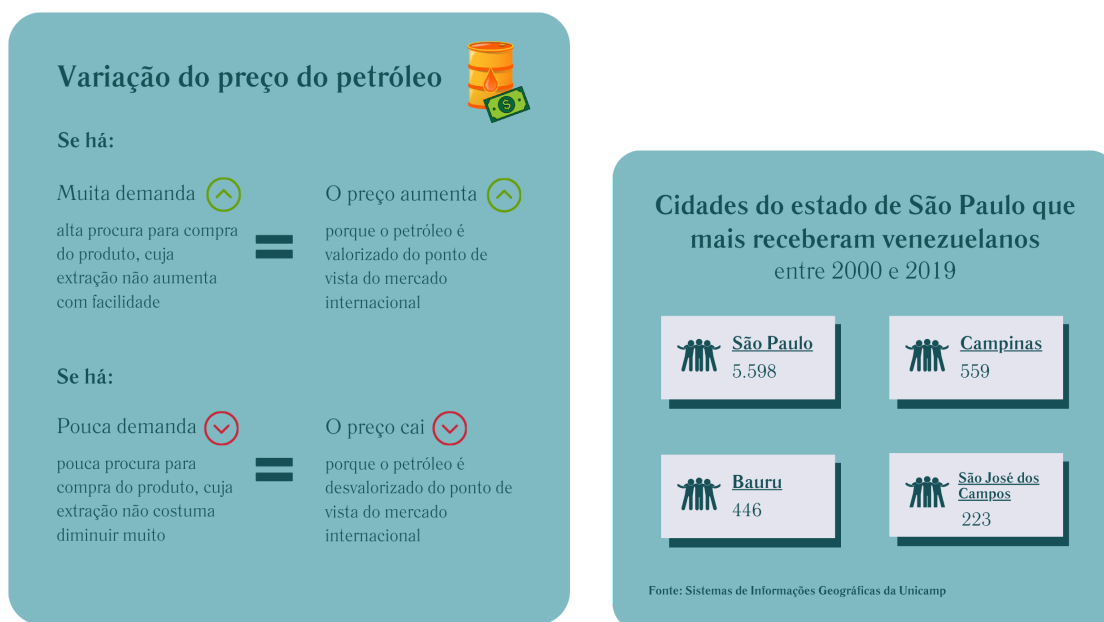


Foto: Reprodução/Depois da Fronteira

Quando o diagramador devolveu a primeira versão, lemos novamente todo o projeto, observando minuciosamente a diagramação. Em um documento do drive, colocamos comentários das mudanças que gostaríamos que fossem feitas pelo profissional, conforme havíamos combinado previamente com ele, e enviamos a nova versão para revisão. Depois que o livro retornou com as alterações, lemos o conteúdo mais uma vez, fizemos novas alterações e devolvemos para diagramação. Foram necessárias cinco revisões para nos certificarmos de que estava tudo certo e, quando concluímos essa etapa, depositamos o arquivo final no drive compartilhado para que a banca pudesse avaliar o projeto antes de ele ser divulgado.

Devido ao processo de revisão, não tivemos tempo hábil de entregar a versão impressa para a leitura dos professores que compõem a banca de avaliação, porque fizemos muitas edições, o que demandou muito tempo, e as gráficas que contatamos não conseguiriam fazer a impressão para a data que precisávamos. Por isso, foi enviado o pdf do livro, mas o modelo físico será entregue no dia da apresentação do projeto à banca.

O projeto foi depositado no seguinte endereço: <https://drive.google.com/drive/folders/12DPonH4LMuY96N9zRKfVIBVjsiHaAWKx?usp=sharing>. Esse endereço é provisório, pois visa somente o acesso da banca ao projeto, que irá avaliá-lo antes de ele ir a público. Sendo assim, ele não estará mais disponível depois do dia 4 de dezembro, mas o pdf do livro será disponibilizado para o download gratuito no site da Editora Flutuante. O link para acessá-lo estará disponível na biografia da página do Instagram do projeto: <https://www.instagram.com/depois.dafronteira/>.

2.3. Proposta de divulgação

Com o intuito de divulgar o projeto “Depois da Fronteira”, optamos pela criação de um perfil no Instagram (@depois.dafronteira), já mencionado anteriormente. Escolhemos essa rede social porque, segundo a pesquisa TIC Kids Online Brasil²² de 2023, ela é a mais utilizada pelos jovens com idade entre 13 e 17 anos, que são parte do nosso público-alvo.

Figura 8: Print do perfil no Instagram

²²Disponível em: https://cetic.br/media/analises/tic_kids_online_brasil_2023_principais_resultados.pdf. Acesso em: 9 nov. 2023.



Fonte: Reprodução/Instagram

Para dar início à divulgação, no final do mês de agosto, criamos o perfil e fizemos um cronograma de postagens com temas definidos previamente, assim como sugerido pela professora orientadora. Ao todo, planejamos 12 posts. Primeiramente, esclarecemos o que era o projeto, seu objetivo e quem o executa. Em seguida, explicamos, de maneira didática, alguns assuntos que são abordados no livro, como os direitos dos migrantes e refugiados no Brasil e o cenário socioeconômico da Venezuela. Por fim, trouxemos algumas “prévias” da obra, como algumas falas dos jovens venezuelanos sobre o processo de migrar para o Brasil ou sobre suas experiências nas instituições de ensino, para instigar os leitores que pudessem ter interesse pela temática.

Figuras 9, 10 e 11: Prints de postagens no Instagram do projeto



Fonte: Reprodução/Instagram

Abaixo, segue o cronograma de postagens:

Semana	Tema	Conteúdo
04/09 - 10/09	O que é o projeto	Apresentação e objetivo do projeto
11/09 - 17/09	Quem somos	Resumo de quem nós somos
18/09 - 24/09	A Venezuela	Situação da Venezuela - explicação do prof. Maringoni e dado sobre número de venezuelanos deixando o país
02/10 - 08/10	Migração e Refúgio	Diferença entre migrante e refugiado
09/10 - 15/10	Direitos dos migrantes no Brasil	O que diz a legislação brasileira
23/10 - 29/10	Direito à educação	Explicação dos direitos dos jovens e deveres das instituições de ensino
30/10 - 5/11	Ensino Fundamental	Citações de personagens
6/11 - 12/11	Ensino Médio	Citações de personagens
13/11 - 19/11	Ensino Superior	Citações de personagens

Semana	Tema	Conteúdo
20/11 - 26/11	Como ajudar o migrante na escola	Explicação de especialistas em educação
27/11 - 03/12	Prévia do livro	Imagens do resultado da diagramação, com breves explicações de cada capítulo
27/11 - 03/12	Data Banca	Convite para seguidores assistirem à banca

Com essas postagens ao longo do semestre, tivemos a intenção de convidar o público jovem que pudesse ter interesse pelo projeto e lê-lo. Além da rede social, criamos também um endereço de e-mail (depois.dafronteira23@gmail.com), que pode ser usado para contatar as autoras.

Também planejamos parcerias com algumas escolas do estado, a fim de que o livro possa atingir seu público-alvo de forma efetiva. Nossa intenção, como já exposto, é levar a informação até aqueles que têm contato com o cotidiano escolar. Para que o livro possa fazer parte do acervo das escolas, optamos por elaborar uma versão física, impressa na gráfica Tesouro Laser, como falaremos mais à frente. Mas também criamos uma versão digital, a fim de que os estudantes interessados consigam baixar o livro para ler em seu próprio dispositivo de leitura.

Para que o livro possa circular nas escolas, temos a intenção de fechar parceria com a Secretaria Estadual de Educação e com as Secretarias Municipais de Educação das cidades onde nossos entrevistados moram. Vamos pedir para Marta Avancini, jornalista de educação e editora pública da Jeduca, e para o professor Artur Araújo, da PUC-Campinas, assessor de imprensa de secretaria da Prefeitura Municipal de Campinas, ajuda com os contatos para essas possíveis parcerias. Contamos, ainda, com o apoio de conhecidos que têm acesso à coordenação de instituições escolas da Região Metropolitana de Campinas. Por fim, pretendemos entrar em contato com as organizações que apoiam a educação e contribuíram com a nossa produção, como o Refúgio 343, Educação Sem Fronteira e a Missão Paz, para ajudar na divulgação da obra.

2.4. Custos e gastos

Os gastos para elaboração deste projeto começaram com a locomoção na cidade de Campinas para realização de entrevistas presenciais. Com isso, gastamos R\$ 50 em combustível. Também fizemos entrevistas em São Paulo e São José dos Campos e, nessas viagens, foram R\$ 175 para a gasolina e R\$ 142,20 para os pedágios de ida e volta para ambas as cidades.

Além disso, arcamos com os custos do design da capa e diagramação da obra. Como dito, com base na indicação da professora orientadora, contatamos o Israel Dias de Oliveira, da Editora Casa Flutuante, para fazer esses trabalhos. Depois de analisarmos um modelo de capa e miolo feitos pelo profissional, decidimos fechar contrato com ele e pagamos R\$ 850, pelos seus serviços.

Após a conclusão da diagramação, enviamos o livro para a impressão na gráfica Tesouro Laser. Com isso, gastamos R\$ 702,50 para imprimir cinco cópias. Sendo assim, tivemos, ao todo, um gasto de R\$ 1.919,70 com o projeto experimental, valor que foi dividido igualmente entre as integrantes do grupo.

Referências bibliográficas

AGÊNCIA da ONU para Refugiados. **Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados**, 1951. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf. Acesso em: 21 de mar. 2023.

AGÊNCIA da ONU para Refugiados. **Direitos e deveres dos solicitantes de refúgio no Brasil**. Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Direitos-e-deveres-dos-solicitantes-de-ref%C3%BAgio-no-Brasil_ACNUR-2010.pdf. Acesso em: 20 abr. 2023.

AGÊNCIA da ONU para Refugiados. **Educação**. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/temas-especificos/educacao/#:~:text=A%20educa%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A9%20um%20direito,explora%C3%A7%C3%A3o%20sexual%20e%20casamento%20infantil.> Acesso em: 20 abr. 2023.

AGÊNCIA da ONU para Refugiados. **Políticas públicas do Brasil impulsionam inclusão de refugiados e migrantes da Venezuela, mas desafios permanecem**. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2021/05/17/politicas-publicas-do-brasil-impulsionam-inclusao-de-refugiados-e-migrantes-da-venezuela-mas-desafios-permanecem/>. Acesso em: 18 de abr. 2023.

AGÊNCIA da ONU para Refugiados. **Refugiados**. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/quem-ajudamos/refugiados/>. Acesso em: 28 mar. 2023.

AGÊNCIA da ONU para Refugiados. **Situação da Venezuela**. Disponível em: <https://www.acnur.org/emergencias/situacion-de-venezuela>. Acesso em: 4 set. 2023.

APESAR do desejo de cursar a universidade, 3 em cada 4 refugiados e migrantes da Venezuela ouvidos em enquete não conhecem o Enem. **Unicef**, 2022. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/apesar-do-desejo-de-cursar-universidade-3-em-cada-4-refugiados-e-migrantes-da-venezuela-ouvidos-em-enquet-e-nao-conhecem-o-enem>. Acesso em: 19. abr. 2023.

BRASIL atinge marca de 100 mil venezuelanos interiorizados. **Folha de S. Paulo**, 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2023/04/brasil-atinge-marca-de-100-mil-venezuelanos-interiorizados.shtml>. Acesso em: 5 abr. 2023.

BRASIL. Lei Nº 9.474, de 22 de julho de 1997. Dispõe sobre os direitos e deveres do refugiado. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1997.

BRASIL, Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1996.

BRASIL. Lei 12.852, de 5 de agosto de 2013. Dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2013.

BRASIL. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Dispõe sobre os direitos e deveres dos migrantes. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2017.

BRASIL. Agência da ONU para Refugiados; Ministério da Cidadania; Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Guia para proteção comunitária de pessoas indígenas refugiadas e imigrantes**. Brasília, 2021. Disponível em <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2021/10/WEB-Guia-Protecao-comunitaria-de-pessoas-indigenas-refugiadas-e-imigrantes.pdf>.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Nota Técnica n.º 3/2019/CONARE_Administra**. Brasília, 2019. 25 p. Disponível em sei_mj8757617estudodepaisdeorigemvenezuela.pdf.

BULHÕES, Marcelo. **Jornalismo e literatura em convergência**. São Paulo: Editora Ática, 2007.

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. **Relatório Anual OBMigra 2022**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2022.

CENTRO Regional de Estudos para Desenvolvimento da Sociedade da Informação. **Tic Kids Online Brasil 2023**. Disponível em: https://cetic.br/media/analises/tic_kids_online_brasil_2023_principais_resultados.pdf. Acesso em: 9 nov. 2023.

DOMICIANO, Marcus Aurelius Lopes; VALENTE, Vânia Cristina Pires Nogueira. A infografia como ferramenta de comunicação e inclusão. **Cuadernos del Centro de Estudios de Diseño y Comunicación**, Buenos Aires, n. 121, p. 53 - 63, 15 dez. 2020.

GENERALI, Sabrina. **Consumo midiático, interculturalidade e cidadania: experiências de educadoras e educadores de escolas públicas no contexto da fronteira Brasil-Venezuela**. 2023. 482 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Práticas de Consumo) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Práticas de Consumo, Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), São Paulo, 2023.

GONÇALVES, Gisele Siqueira; MELO, Mônica Santos de Souza. A representação dos adolescentes pelo jornalismo através da linguagem gíria observada na Todateen. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE, 15, 2010, Viçosa. **Anais eletrônicos**. Vitória: Intercom, 2010.

INFLAÇÃO na Venezuela chega a 2.688.670% em janeiro, segundo Parlamento. **Estado de Minas**, 2019. Disponível em https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2019/02/07/interna_internacional,10

28816/inflacao-na-venezuela-chega-a-2-688-670-em-janeiro-segundo-parlament.shtm. Acesso em 23 de mar. 2023.

INTEGRAÇÃO de Venezuelanos Refugiados e Migrantes no Brasil. **Agência da ONU para Refugiados**. Brasília, 2021. 5 p.

JUNGER, Gustavo; CAVALCANTI, Leonardo; LEMOS SILVA, Sarah; TONHATI, Tania; LIMA COSTA, Luiz Fernando. **Refúgio em Números 2023**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Departamento das migrações. Brasília, DF: OBMigra, 2023.

LIMA, Pereira Edvaldo. **Páginas Ampliadas**: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura. 4ª ed. São Paulo: Manole, 2009.

L., Daniela. Pobreza en la Venezuela del siglo XXI: un estudio que se acerca a la crisis económica y social del país. **El Diario**. Caracas, 24 out. 2021, Venezuela. Disponível em: <https://eldiario.com/2021/10/24/pobreza-venezuela-siglo-xxi/>. Acesso em: 19 abr. 2023.

MANTOVANI, Flávia. Unicamp lança 'Refúgio Acadêmico' para receber estudantes de países em conflito. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 5 maio 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2022/05/unicamp-lanca-refugio-academico-para-receber-estudantes-de-paises-em-conflito.shtml>. Acesso em: 18 maio 2023.

MIGOTTO FILHO, Jonas. **"Uma história de amadores"**: a construção de um livro-reportagem no estilo jornalismo literário. 2015. 42f. TCC (Graduação) - Curso de Comunicação Social - Jornalismo, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.

MOLEIRO, Alonso. Maduro é reeleito presidente da Venezuela com uma forte abstenção e em meio a denúncias de fraude. **El País**, 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/20/internacional/1526840397_319633.html. Acesso em: 17 de abr. 2023.

NAÇÕES Unidas. **Migrações**. Disponível em: <https://unric.org/pt/darfur-cessacao-das-hostilidades-e-uma-prioridade-muito-urgente-embra-secretario-geral-3/#:~:text=A%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20Internacional%20para%20as,do%20movimento%20ser%20volunt%C3%A1rio%20ou>. Acesso em: 4 set 2023.

NOTA Técnica - Informativo Mensal. **Observatório das migrações internacionais**, Brasília, 2023.

NÚMERO de solicitações de reconhecimento da condição de refugiado cujo solicitante reside em Campinas, segundo ano. **Observatório das migrações internacionais**. Brasília, 2022.

OBSERVATÓRIO das migrações internacionais. **Resumo executivo refúgio em números 2022**. Disponível em:

https://docs.google.com/document/d/1eVQGtYVn7yiMs_397ZjSEM1hZHbWTK66/edit#. Acesso em: 19 abr. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em <https://www.unicef.org>. Acesso em 23 de mar. 2023.

ORGANIZAÇÃO Internacional para as Migrações. **Glossário sobre Migração**. Organização Internacional para as Migrações. Genebra: OIM, 2009. Disponível em: <https://publications.iom.int/system/files/pdf/iml22.pdf>. Acesso em: 04 set. 2023.

PAIS, José Machado; LACERDA, Miriam Pires Corrêa de; OLIVEIRA, Victor Hugo Nedel. Juventudes contemporâneas, cotidiano e inquietações de pesquisadores em Educação - uma entrevista com José Machado Pais. **Educar em Revista**, [S.L.], n. 64, p. 301-313, jun. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.50119>.

PLATAFORMA de Coordenação Interagencial para Refugiados e Migrantes da Venezuela. **Refugiados e migrantes da Venezuela**. Disponível em: <<https://www.r4v.info/es/refugiadosymigrantes>>. Acesso em: 4 set. 2023.

PLATAFORMA de Sistemas de Informações Geográficas (ArcGis - Unicamp). **Venezuelanos**. Disponível em: <https://unicamp-arcgis.maps.arcgis.com/apps/dashboards/757af00255af4c1eb3153bd78a5ea1be>. Acesso em: 05 set. 2023.

SAHHAR, Georgette. ¿Qué pasa en Venezuela?: impacto de la “economía negra” y la emergência humanitaria. **El diario**. Caracas, 15 dez. 2021, economía. Disponível em: <https://eldiario.com/2021/12/15/venezuela-economia-negra-emergencia-humanitaria/>. Acesso em: 19 abr. 2023.

SISTEMA de cadastro e registro (SISCAR - PMC/NEPO-UNICAMP). **Serviço de Referência a Imigrantes, Refugiados e Apátridas da Prefeitura Municipal de Campinas**. Campinas, 16 de mar. 2023

SITUAÇÃO de venezuelanos é uma “responsabilidade global compartilhada”, afirma Guterres. **ONU News**, 2023. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2023/03/1811472#:~:text=Crise%20venezuelana,respond%20%C3%A0%20crise%20na%20Venezuela>. Acesso em 24 de mar. 2023.

SUBCOMITÊ Federal para Recepção, Identificação e Triagem dos Imigrantes. **Migração Venezuelana**. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Subcomit%C3%AA_federal/publica%C3%A7%C3%B5es/informe-migracao-venezuelana-jan2017-fev2022-v5.pdf. Acesso em 5 set. 2023.

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância. Crise migratória venezuelana no Brasil. **UNICEF**. Genebra/Nova Iorque/Brasília: 2019a. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/unicef-lanca-apelo-global-e-pedeusd-64-5-milhoes-para-resposta-a-crise-migratoria-venezuelana>. Acesso em: 10 maio. 2023

UNIVERSIDAD Católica Andrés Bello. **Condiciones de vida de los venezolanos 2022.** Disponível em: https://assets.website-files.com/5d14c6a5c4ad42a4e794d0f7/636d0009b0c59ebfd2f24acd_Presentacion%20ENCOVI%202022%20completa.pdf. Acesso em: 19 abr. 2023.

VASQUEZ, Rafael. Venezuelanos no Brasil: Quantos entraram e qual a situação deles no país. **Valor Econômico**, 2022. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2022/09/09/com-emprego-e-mei-venezuelanos-liceram-refugiados-no-brasil.ghtml>. Acesso em 23 de mar. 2023

VOZES das pessoas refugiadas no Brasil. **Agência da ONU para Refugiados**. Brasília, 2021.

Anexos

1. Autorizações de imagem e entrevista


As autorizações para entrevista com menores de idade e/ou de cessão de imagem são apresentadas abaixo. Como algumas das nossas fontes optaram pela preservação da identidade, suas autorizações de entrevista não serão anexadas neste documento, a fim de evitar que seus nomes sejam identificados. Essas autorizações, contudo, estão guardadas conosco sob sigilo.

AUTORIZAÇÃO VEICULAÇÃO DE IMAGEM

Eu, **Ana Veliz Marchan**, venezuelana, solteira, portadora do RG **711.092.922-10**, residente e domiciliada à **Rua Elídio Luiz Bedeschi, nº 160, Jardim São Jorge**, em **São Paulo - SP**, CEP **05567-200**, responsável por **Deliana Sofia Torres**, nascida na **Venezuela**, portadora do RG **711.098.192-42**,

AUTORIZO, a título gratuito e irrevogável, a partir da presente data, a **ESCOLA DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO DA PUC-CAMPINAS**, que a entrevista e a imagem da criança ou do adolescente acima indicado façam parte do livro-reportagem produzido para a Faculdade de Jornalismo. Esta entrevista e as imagens serão utilizadas exclusivamente para veiculação, não podendo, sob pretexto algum, serem comercializadas.

São Paulo, 16 de setembro de 2023



.....
(assinatura)

AUTORIZAÇÃO DE VEICULAÇÃO DE IMAGEM

Eu, **Ana Veliz Marchan**, venezuelana, solteira, portadora do RG 711.092.922-10, residente e domiciliada à **Rua Elídio Luiz Bedeschi, nº 160, Jardim São Jorge**, em **São Paulo - SP**, CEP 05567-200,

AUTORIZO, a título gratuito e irrevogável, a partir da presente data, a **ESCOLA DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO DA PUC-CAMPINAS**, que minha imagem faça parte do livro-reportagem produzido para a Faculdade de Jornalismo. Esta imagem será utilizada exclusivamente para veiculação, não podendo, sob pretexto algum, ser comercializada.

Campinas, 16 de setembro de 2023.



.....
(assinatura)

AUTORIZAÇÃO DE VEICULAÇÃO DE ENTREVISTA

Eu, Sorrel Del Valle Guzmán, Venezuelana
(Nome) (Nacionalidade)

Casada, portador do RG (RNM) F492.163-J,
(Estado Civil)

residente e domiciliado à Rua Ruy Pereira Gomes, 780,
(Rua ou Avenida e Número)

Jd Nova Michigamã, SJC, SP,
(Bairro) (Cidade) (Estado)

12225-423, responsável por Felipe Augusto,
(CEP)

Sandoval, nascido(a) em Venezuela,
(Nacionalidade)

portador do RG (RNM) F492.176-A

AUTORIZO, a título gratuito e irrevogável, a partir da presente data, a **ESCOLA DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO DA PUC-CAMPINAS**, que a entrevista da criança ou do adolescente acima indicado faça parte do livro-reportagem produzido para a Faculdade de Jornalismo. Esta entrevista será utilizada exclusivamente para veiculação, não podendo, sob pretexto algum, ser comercializada.

Campinas, 7 de Setembro de 2023

Sandoval
(Assinatura)

AUTORIZAÇÃO VEICULAÇÃO DE ENTREVISTA

Eu, **Maria Alejandra Ortiz Bastidas**, venezuelana, solteira, portadora do RNM **F585593-F**, residente e domiciliada à **Avenida Doutor Carlos de Campos, n ° 181, Vila Industrial**, em **Campinas, São Paulo**, CEP **13035610**, responsável por **Mailin de los Angeles Hernández Ortiz**, nascida na **Venezuela**, portadora do RNM **F550330-G**

AUTORIZO, a título gratuito e irrevogável, a partir da presente data, a **ESCOLA DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO DA PUC-CAMPINAS**, que a entrevista da criança ou do adolescente acima indicado façam parte do livro-reportagem produzido para a Faculdade de Jornalismo. Esta entrevista será utilizada exclusivamente para veiculação, não podendo, sob pretexto algum, ser comercializada.

15/11/2023
Campinas,

DocuSigned by:
Maria Ortiz
D37D140F709A48B.....

(assinatura)

AUTORIZAÇÃO DE VEICULAÇÃO DE IMAGEM

Eu, **Madeleine Milagros Silva Polanco**, venezuelana, solteira, portadora do RNM F19JGE-3, residente e domiciliada à **Rua Conceição, nº 40, Centro**, em **Campinas, São Paulo, CEP 13010050**,

AUTORIZO, a título gratuito e irrevogável, a partir da presente data, a **ESCOLA DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO DA PUC-CAMPINAS**, que minha imagem faça parte do livro-reportagem produzido para a Faculdade de Jornalismo. Esta imagem será utilizada exclusivamente para veiculação, não podendo, sob pretexto algum, ser comercializada.

Campinas, 14 de outubro de 2023.

DocuSigned by:
Madeleine M.S.P.

6DAAF8258P9F656...

.....
(assinatura)

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

ESCOLA DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO

FACULDADE DE JORNALISMO

ALLANE MORAES PINTO

RELATÓRIO INDIVIDUAL DE PESQUISA

**COBERTURA DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS PELA
PERSPECTIVA DO JORNALISMO HUMANITÁRIO**

CAMPINAS

2023

Allane Moraes Pinto

RELATÓRIO INDIVIDUAL DE PESQUISA

**COBERTURA DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS
PELA PERSPECTIVA DO JORNALISMO HUMANITÁRIO**

Relatório Individual de Pesquisa apresentado à disciplina METODOLOGIA E PESQUISA APLICADA EM JORNALISMO (TCC) da Faculdade de Jornalismo da PUC-Campinas como exigência final para aprovação na referida disciplina, sob orientação da Profa. Juliana Doretto.

PUC-CAMPINAS

2023

Introdução

A migração internacional é definida como o “movimento de pessoas que deixam seu país de origem ou de residência habitual para se fixarem, permanente ou temporariamente, noutro país” (IOM, 2009, p. 42). Entre as principais causas das grandes migrações da atualidade estão a busca por trabalho e por melhores condições de vida ou segurança. Segundo o Relatório Mundial sobre Migração 2022, elaborado pela Organização Internacional para as Migrações (IOM), em 2021, havia 281 milhões de migrantes no mundo, o equivalente a 3,6% da população global.

Apesar da conceituação simples exposta acima, o fenômeno das migrações é diverso e muito complexo, devido à grande diversidade de movimentos migratórios. Os fluxos de pessoas podem ser voluntários ou forçados, transitórios ou permanentes e podem acontecer regional ou internacionalmente.

Tratando-se de um fenômeno simultaneamente espacial e temporal, todas as definições do que são migrações são arbitrárias, na medida em que não há consenso relativamente à amplitude geográfica a percorrer, nem à duração da permanência no destino, nem tão pouco às consequências sociais implicadas no movimento para que o mesmo possa ser considerado como migratório (Nolasco, 2016, p. 3).

Ainda assim, quando a questão é a migração internacional, a amplitude geográfica não dificulta a definição do termo, e sim o distingue dos demais modelos de migração. Isso porque esse movimento implica na mudança de país, na transição para outro sistema político. Ou seja, as migrações internacionais não são “apenas um fenômeno social, mas também inerentemente político” (Reis, 2004, p. 150), o que acrescenta novas camadas ao processo.

Nesse fenômeno, o que interessa, sobretudo, são as motivações desses indivíduos para migrar e o tempo que permanecem no exterior. Quando a crise humanitária no país de origem é a causa para o deslocamento do migrante, se ele solicitar asilo político, vai usufruir dos mesmos direitos que os nacionais, devendo ainda estar protegido de discriminação e xenofobia, segundo Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados, de 1951¹. Para garantir tais direitos, a mídia desempenha um papel fundamental. A cobertura de fluxos migratórios e suas causas,

¹ Disponível em:

https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf.

principalmente quando a questão é a ausência de direitos humanos, deve contribuir para a visibilidade do tema.

A indiferença (da mídia) frente às implicações e aos desdobramentos de uma dada crise humanitária pode contribuir para a inércia das autoridades e a superficialidade do debate público, o que, conseqüentemente, retarda as ações para o enfrentamento do problema, transformando uma crise em uma emergência humanitária. (Victor, 2020, p. 91).

Assim, vemos que o tema das migrações internacionais apresenta valor-notícia, que é um “elemento básico da cultura jornalística que os membros desta comunidade interpretativa partilham” (Traquina, 2008, p. 94). A temática é atual e relevante, ou seja, é plausível que seja abordada pela mídia, mas isso não acontece na prática, devido ao fato de que o campo jornalístico das *hard news* busca excessivamente o factual, e tem dificuldade em tratar discussões aprofundadas, que abordam as causas e conseqüências dos fenômenos retratados. Isso porque o ritmo de trabalho jornalístico dessa modalidade “exige a ênfase sobre acontecimentos e não problemáticas” (Traquina, 2008, p. 82). Por conseqüência, se faz necessário o emprego do jornalismo humanitário, que, com uma perspectiva humanizada, objetiva “construir um jornalismo capaz de reduzir o sofrimento humano e, sobretudo, impedir que ele se dê em silêncio e na opacidade, marcado pelo véu do esquecimento e pela rotina da normalidade” (Victor, 2018, p. 97).

Os migrantes internacionais, especialmente aqueles que praticam as migrações forçadas e os que se refugiam, são muitas vezes vítimas de perseguição e violação dos direitos humanos. Eles “ingressam na paisagem jornalística com o ônus de ter perdido familiares, casa, carreira e a própria identidade ao longo da busca pela sobrevivência” (Cardoso, 2013, p. 56). Ao expor tal realidade, o jornalismo humanitário e de paz, por meio de “uma produção de sentido não violenta, humanizadora, [...] além de informar e educar, colabora como instrumento para o fortalecimento das cidadanias” (Cardoso, 2013, p. 85).

Nesse sentido, este trabalho tem o objetivo de compreender como deve se dar a cobertura midiática das migrações internacionais na perspectiva do jornalismo humanitário, principalmente das migrações que são motivadas pelas crises humanitárias, que acontecem quando há uma generalizada violação de direitos humanos. Para isso, foram realizados também debates teóricos sobre as migrações

internacionais e sobre o jornalismo humanitário, esclarecendo o que é a modalidade e qual seu papel na garantia dos direitos humanos no que diz respeito à cobertura de deslocamentos transnacionais.

Metodologia

O termo “pesquisa” é definido como um "procedimento racional e sistemático que tem por objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos" (Gil, 2002, p. 17). Esse processo se faz necessário quando se detecta um problema, mas não existe informação suficiente para resolvê-lo, ou quando a informação existente se encontra desordenada e, por isso, não pode ser adequadamente relacionada a ele (Gil, 2002). Segundo o mesmo autor, para elaborar um projeto de pesquisa, é necessário um planejamento prévio, que engloba a concepção do problema, a determinação de seus objetivos e a elaboração de hipóteses que solucionam este problema.

Neste trabalho, a hipótese que foi identificada é que a cobertura midiática *hard news* das migrações forçadas, mais especificamente, das migrações internacionais, não é realizada por meio de um viés humanitário, devido ao ritmo acelerado de trabalho e busca pelo fatural (Traquina, 2008). Como possível solução para o problema, a pesquisa propõe a aplicação do jornalismo humanitário para realização de tais coberturas, posto que ele expõe a realidade de maneira não violenta e mais humanizadora (Cardoso, 2013).

Para a realização da pesquisa em questão, foi utilizado o método de revisão bibliográfica. Este é desenvolvido “com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” e sua principal vantagem é que ele permite uma cobertura mais ampla de fenômenos do que a pesquisa direta (Gil, 2002, p. 44). Nesse sentido, a busca pelos materiais a serem estudados é a primeira etapa do processo.

O planejamento global inicial de qualquer trabalho de pesquisa vai desde a identificação, localização e obtenção da bibliografia pertinente sobre o assunto, até a apresentação de um texto sistematizado, onde é apresentada toda a literatura que o aluno examinou, de forma a evidenciar o entendimento do pensamento dos autores, acrescido de suas próprias ideias e opiniões” (Stumpf, 2006, p. 51).

Em vista disso, para o desenvolvimento deste trabalho, foram realizadas buscas na base de dados do Google Acadêmico², por meio das palavras-chave “migrações”, “migrações internacionais”, “jornalismo humanitário”, “jornalismo de paz” e “migrações no jornalismo humanitário”. O nome da autora “Cilene Victor”, que é pesquisadora da comunicação humanitária e para a paz com foco nas migrações, também foi utilizado como instrumento de busca na plataforma, tal como sugerido pela professora orientadora durante o processo de escolha do tema de pesquisa individual. Para mais, foram aproveitadas também as referências dos próprios trabalhos encontrados no Google Acadêmico, que foram incluídas na base bibliográfica desta pesquisa.

Revisão bibliográfica

Migrações Internacionais

Segundo João Peixoto (1998), a definição mais completa das migrações é a de Zelinsky³ (1971), que diz que o fenômeno engloba todos os deslocamentos humanos, desde os de curta aos de longa distâncias, os de breve duração ou definitivos, e até os cíclicos, em que o indivíduo sai de sua residência e retorna com determinada frequência. Para o autor, os critérios mais comuns de categorização desse fenômeno são: 1. Tipo de limites territoriais atravessados; 2. Duração ou periodicidade do movimento; 3. Grau de voluntariedade (livre ou forçada); 4. Motivações envolvidas (políticas, econômicas, ambientais, familiares etc.); 5. Condição de trabalho (ativo ou inativo no mercado); 6. Setor ou ramo de atividade econômica desempenhada (primário, secundário ou terciário); 7. Situação da profissão; 8. Nível de instrução ou qualificação; 9. Situação do migrante no país destino; se está regular, irregular, clandestino ou refugiado; 10. Tipo de migração, se é a primeira, segunda ou terceira migração; de retorno ou múltipla, ou seja, se houve vários deslocamentos (Peixoto, 1998).

Tais categorizações, quando cruzadas, resultam em diferentes fenômenos migratórios. No caso em que o espaço percorrido pelo migrante envolve a travessia

² Disponível em: <https://scholar.google.com.br/?hl=pt>.

³ Autor de “The hypothesis of the mobility transition”, publicado no jornal *The Geographical Review*, em 1971.

da fronteira para outro Estado-nação, a migração é internacional, posto que há uma troca de sistema político. Esse fenômeno acontece por motivos que variam de acordo com a situação geopolítica de cada país e do mundo, ou seja, ele precisa ser historicamente situado para que seja analisado. Não existe, portanto, uma teoria geral que determine de maneira absoluta como as migrações acontecem (Nolasco, 2016).

De acordo com o Instituto de Migrações e Direitos Humanos, órgão brasileiro que atua em parceria com a Organização das Nações Unidas (ONU), as principais causas dos grandes movimentos de pessoas na atualidade são a violação de direitos, o desemprego, as perseguições, a discriminação, a xenofobia, a busca por segurança, o aquecimento global, as catástrofes naturais, a violência e a intolerância. Em suma, os fatores que mais impulsionam as migrações estão relacionados à desigualdade econômica e social entre o país de origem e o país destino, onde o imigrante crê que terá melhores condições de vida.

Essa crença se deve especialmente ao processo de globalização, que “aumenta o fluxo de informações a respeito das oportunidades ou dos padrões de vida existentes ou imaginados nos países” de destino (Martine, 2005, p. 8). De acordo com Nolasco (2016), isso ocorre porque os graus de desenvolvimento das áreas de origem dos imigrantes, em geral, são marcados por miséria, subdesenvolvimento, ruralidade e ausência de oportunidades, o que tende a repeli-los, enquanto as regiões para onde eles se dirigem são caracterizadas por urbanização, industrialização e possibilidade de emprego, o que os atrai. Esse processo de afastamento por parte de um país e atração por parte de outro foi denominado de *push-pull*, pelo geógrafo inglês Ernest George Ravenstein⁴.

Em sua pesquisa, Nolasco (2016) apresenta, em contraponto com a teoria de Ravenstein, o estudo do historiador Everett Lee, que afirma que o *push-pull* não é o único fator que interfere no movimento de pessoas. Não basta que os indivíduos desejem migrar para que possam fazê-lo; eles também precisam considerar os custos de viagem, a distância, as barreiras físicas, as fronteiras políticas e as leis migratórias do país para onde se dirigem. Aquele que migra, portanto, precisa conseguir arcar com os custos dessa transferência de país ou encontrar um modo precário ou ilegal para conseguir chegar ao destino. Ademais, fatores pessoais, como a idade, gênero,

⁴ Precursor nos estudos das migrações, Ravenstein desenvolveu “As Leis da Migração”, pesquisa que foi publicada na Revista *Journal of the Statistical Society of London*, em junho de 1885.

classe social, e questões referentes a educação, laços familiares e informações sobre a população do país destino também podem impulsionar ou deter a migração (Lee, 1966 apud Nolasco, 2016).

Contudo, além do próprio processo de migração, o indivíduo enfrenta outras dificuldades, especialmente no que diz respeito ao Estado-nação que o recebe. Segundo Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951⁵, os países têm por obrigação analisar os pedidos de asilo em seu território, além de oferecer aos estrangeiros os mesmos direitos que seus nacionais e garantir que não haja discriminação. Ainda assim, existe uma incógnita no que diz respeito às obrigações do Estado-nação perante o imigrante.

A maior parte da legislação internacional diz respeito somente a situações concretas, em que o imigrante já existe [...]. Na realidade, este (direito de migrar) só existe em casos de “temor justificado”, previsto nas convenções relativas ao refúgio e ao asilo político, mas, mesmo nesses casos, a última palavra é do Estado (Reis, 2004, p. 159).

Ainda de acordo com Reis (2004), nenhum Estado é obrigado a receber os refugiados; eles apenas são proibidos de mandá-los de volta para o país de onde fugiram. Também não há nenhum órgão responsável por controlar ou punir os Estados que desrespeitam essa lei. Devido a essas falhas, além de os imigrantes e refugiados poderem não ser recebidos pelos países, quando são, vivem, muitas vezes, em situações precárias. Eles são excluídos do mercado de trabalho ou alocados em empregos de baixa remuneração e temporários. Ainda de acordo com as autoras, os imigrantes não documentados ou aqueles que, além de serem estrangeiros, também pertencem as minorias étnicas e/ou são mulheres, podem sofrer ainda mais com essa discriminação, que é resultado da segmentação do trabalho nas sociedades industrialmente avançadas (Assis; Sasaki, 2000). Assim, esses grupos tendem a “permanecer em indústrias marginais e mercado secundário de trabalho, sem qualificação para conseguir remuneração melhor do que os trabalhadores nativos” (Assis; Sasaki, 2000, p. 5).

⁵ Disponível em:

https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf.

Essa desigualdade empregatícia resulta na precarização de sua vivência em outros setores, como saúde, educação e moradia. No âmbito pessoal, eles sofrem dificuldades de comunicação e adaptação e até perda de identidade social (Martine, 2005). Por isso, o fenômeno das migrações internacionais, que acontece em grande escala atualmente, exige visibilidade.

Jornalismo humanitário

O jornalismo é uma atividade profissional especializada em produzir e transmitir informação, regulada por princípios fundadores que conduzem e legitimam a atuação daqueles que exercem a profissão, os jornalistas (Melo, 2021). Esses princípios são os códigos de ética da profissão, fundados a partir da ideia de que o acesso à informação é um direito fundamental de todos os cidadãos; por isso, é dever do jornalista divulgar tudo aquilo que for de interesse público, de maneira precisa e correta. Desse modo, o compromisso do profissional “é com a verdade no relato dos fatos, razão pela qual ele deve pautar seu trabalho pela precisa apuração e pela sua correta divulgação” (FENAJ, 2007, p. 1).

Para garantir que a informação correta e precisa chegue até o público, existem algumas práticas no trabalho dos jornalistas. Entre elas, estão os critérios de noticiabilidade, que, segundo Gislene Silva (2005), são todos os fatores que agem no processo de produção da notícia. A primeira etapa desse processo é a análise do fato. Nesse momento, o profissional e a equipe jornalística do veículo avaliam se determinado acontecimento deve ou não ser noticiado. Isto é, se ele tem algum valor-notícia, que são características que o tornam importante para a narrativa jornalística, como atualidade, novidade, relevância e interesse público. Além do valor-notícia, outros critérios de noticiabilidade são os “julgamentos pessoais do jornalista, cultura profissional da categoria, [...] fatores éticos e ainda circunstâncias históricas, políticas, econômicas e sociais” (Silva, 2005, p. 96).

Sendo assim, as produções de cada veículo, mesmo quando abordam um mesmo tema, são muito diversas, devido, entre outros fatores, aos diferentes critérios de noticiabilidade que poder reger a construção noticiosa de cada um deles. Entretanto, existem princípios que sempre são perseguidos nas produções noticiosas do jornalismo, como a objetividade e a imparcialidade, que são muito valorizados pelos profissionais do ramo (Silva, 2005).

De acordo com Kamila Lovizon (2020), apesar de os valores-notícia terem sustentado as produções jornalísticas ao longo da história, a busca excessiva por fatos que contenham esses critérios pode resultar em uma certa omissão por parte da mídia perante crises humanitárias. Por exemplo, quando um acontecimento perde o fator novidade, ainda que tenha grande impacto para uma população, ele para de pertencer ao leque de temas explorados pela imprensa. Em geral, o assunto é abordado quando algo impactante acontece e depois é esquecido até um novo acontecimento impactante. Um exemplo disso é a cobertura de crises humanitárias, que acontecem quando há violação dos direitos humanos de muitas pessoas, causada por elementos exteriores aos indivíduos, como conflitos, desastres ambientais ou crises econômicas (ONU, 2015). Apesar de se estenderem por um longo período, essas crises dependem exclusivamente do factual para serem veiculadas, ou seja, só se tornam assunto da mídia quando acontece um fato novo, que seja impressionante. Caso contrário, elas acabam sendo ignoradas. Por causa disso, as principais fontes de informações sobre a realidade das populações que sofrem com a violação dos direitos humanos são os portais de organizações humanitárias.

São milhões de vítimas da fome, dos conflitos armados, das guerras civis, da violência generalizada, dos desastres e das mudanças climáticas. Embora o sofrimento humano seja o retrato de milhões de pessoas em várias partes do mundo, agências humanitárias denunciam que esse sofrimento tem seguido em silêncio, resultado da omissão e da indiferença dos meios de comunicação. [...] O jornalismo deve estar presente. Furar critérios de noticiabilidade histórica e culturalmente ainda preservados em boa parte da imprensa ocidental (Lovizon, 2020, p. 10).

Em concordância com a autora, Ana Catarina e Melo (2021) alega que um jornalismo que preza exageradamente pela imparcialidade e objetividade pode criar produções limitantes. Isso porque ele não explora as causas e consequências de um fato, o que exclui informações relevantes das produções, e faz com que o relato do fato social não seja tão complexo quanto poderia ser. Assim, o jornalista acaba agindo de maneira passiva perante as crises humanitárias, porque deixa de abordar com frequência e com diferentes perspectivas algo que ocorre por um longo período. Logo, é fundamental que o profissional responsável pela produção jornalística busque ponderar sobre seu papel como construtor da realidade, a fim de elaborar reportagens com uma visão mais crítica de cada fato. É, portanto, responsabilidade do jornalista

não se restringir apenas ao relato do acontecimento, mas explorar suas causas e consequências para determinado meio social, com o intuito de apresentar e debater o máximo de informações possíveis sobre o fato (Melo, 2021). Desse modo, as coberturas de temáticas tão delicadas quanto as crises humanitárias seriam produzidas de maneira mais humanizada, o que pode ser feito por meio do jornalismo humanitário.

Para Cilene Victor (2018), a modalidade é uma alternativa para evitar esse cenário, posto que, ao esquivar-se da preocupação com o factual, visando diminuir a omissão da mídia perante crises, evita que a violação dos direitos humanos se torne algo normal e aceitável aos olhos da sociedade. Apesar de esse ser o objetivo do jornalismo humanitário, os autores que o estudam divergem quanto à existência de uma definição para ele, por causa do número reduzido de pesquisas a respeito dele, já que esse gênero começou a ser investigado recentemente. Em geral, os autores concordam que não há uma definição exata para a modalidade, com exceção de Bunce, Scott e Wright, que, em seu artigo “Jornalismo humanitário” (2019), a definem como “a produção e distribuição de relatos factuais de crises, eventos e questões que afetam o bem-estar humano” (Bunce *et al.*, 2019, p. 5).

Ainda que haja discordância no que diz respeito a uma definição para a modalidade, todos os autores estudados nesta pesquisa concordam que o seu objetivo é causar alguma mudança social por meio das reportagens, seja conseguindo apoio de indivíduos exteriores à realidade das crises humanitárias que consomem as produções do veículo, seja impulsionando políticas públicas para modificar esse cenário. Além disso, a forma de produção do jornalismo humanitário também é consenso entre os autores. A modalidade busca abordar as crises humanitárias constantemente, sem deixá-las esquecidas, visando divulgar as informações a respeito dessa realidade sem vitimizar aqueles que a vivenciam, evitando a dramatização ou sensacionalismo que reportagens factuais podem ter. Sendo assim, o jornalismo humanitário é uma importante ferramenta para combater crises humanitárias causadas por conflitos, guerras, desastres naturais ou a violação dos direitos humanos, posto que expõem esses cenários de uma maneira humanizada (Scott, 2019).

Migrações internacionais sob a perspectiva do jornalismo humanitário

Como já mencionado anteriormente, em 2021, havia 281 milhões de migrantes no mundo (Mcauliffe, 2022). Algumas das principais causas desse fenômeno na atualidade, segundo o Instituto de Migrações e Direitos Humanos, são perseguições, discriminação, xenofobia, violência, intolerância e violação dos direitos humanos. Apesar de as migrações acontecerem em grande escala e serem impulsionadas pela desigualdade social, elas não são abordadas pela mídia com a frequência e perspectiva apropriadas. Em geral, as reportagens sobre questões migratórias são escassas, porque dependem do factual para serem veiculadas e, nas poucas vezes que são produzidas, ficam sujeitas a apenas dois vieses (Brignol; Curi, 2021).

O primeiro diz respeito a como o fenômeno é abordado, sendo retratado como um problema que precisa ser resolvido. Caso contrário, haverá significativos impactos econômicos e sociais para os países origem e os de destino. Essas produções tendem a ocultar as causas e consequências dos deslocamentos, e como eles agem na vida de quem os experimenta. Sendo assim, elas são generalistas e não expõem os reais problemas que permeiam o fenômeno.

Já o segundo viés é referente a como os migrantes são retratados. Normalmente, eles são representados de maneira dramática; são vítimas, cujo sofrimento extremo precisa ser atenuado pela ajuda do exterior (Brignol; Curi, 2021). Essa abordagem não demonstra como os migrantes se sentem em relação à necessidade de migrar, mas usa das crises humanitárias vividas por eles para noticiar o fenômeno de modo muitas vezes sensacionalista.

Ambos os “quadros” de representação (como vitimização ou como ameaça) são entendidos enquanto conectados ao falharem em captar a dimensão humana do migrante, impedirem o seu reconhecimento simbólico e regularem a forma como as emoções públicas relativas às migrações são construídas e associadas a possibilidades de ação (Brignol; Curi, 2021, p. 67).

Para Batsi e Víctor (2021), além de essas produções enviesadas vitimizarem aqueles que migram, elas enaltecem as figuras que atuam nas áreas de conflitos ou que fornecem algum tipo de suporte para as populações necessitadas. Essas pessoas ou entidades são retratadas como heroicas, enquanto a perspectiva dos migrantes sobre as crises humanitárias e as migrações é negligenciada pelos veículos. Essa também é uma maneira errônea de se retratar o fenômeno para os autores.

Sendo o Brasil um dos principais destinos dos migrantes do mundo, a mídia brasileira deveria retratar o cenário com mais frequência e de maneira adequada, mas ela falha nesse quesito. O tema é tratado “com indiferença, apresentando o refugiado como ator social estereotipado e de caráter ameaçador. A realidade do conteúdo brasileiro não retrata a paz” (Alves; Dias, 2017, p. 2).

Por isso, Batsi e Victor (2021) propõem o jornalismo humanitário como alternativa para uma cobertura mais assertiva do fenômeno. Isso porque, a modalidade, além de buscar dar visibilidade às causas e consequências dos fenômenos migratórios, tentando incluir a perspectiva dos migrantes sobre o fenômeno, também preza por um jornalismo ético, que não intende explorar o sofrimento daqueles que experienciam essa realidade. Evitando, ainda, a dramatização e o sensacionalismo.

Para apoiar a produção de reportagens humanitárias, o Acnur (Agência da ONU para Refugiados) desenvolveu uma cartilha que orienta os jornalistas sobre como abordar as migrações internacionais e o refúgio. Uma das principais recomendações do órgão é justamente evitar a generalização das pessoas que vivem essas situações, procurando não as vitimizar ou retratá-las com exotismo. É recomendado que o jornalista tente usar dados para ajudar na contextualização do fenômeno, mas sem tratá-lo com frieza ou leviandade, e sim de maneira a explicar suas causas e consequências. Também é importante ter uma variedade de pautas sobre a temática, não somente em perspectivas negativas, mas que demonstrem o cotidiano e as contribuições socioculturais dos migrantes e refugiados para os países de destino, ressaltando ainda a diversidade dessas populações.

Outra recomendação do Acnur é ter cuidado com a exposição das fontes. É fundamental questionar o entrevistado quanto a sua identificação na reportagem, para evitar algum prejuízo que isso pode lhe causar.

É relevante ressaltar que as pessoas refugiadas requerem proteção. Portanto, para qualquer que seja a finalidade do material de comunicação a ser produzido, em qualquer que seja o meio e veículo, é de extrema importância perguntar sobre a necessidade de se preservar a fonte, atribuindo à pessoa entrevistada outro nome, e, caso haja fotos, que não a identifique – em especial quando se trata de crianças. As pessoas refugiadas foram forçadas a deixar seus países por temores de perseguição e a identificação delas pode acarretar graves consequências para elas mesmas ou seus parentes (Acnur, 2020, p. 39)

Nos estudos existentes com relação a essa temática, os autores não indicam exemplos de reportagem que seguem essas diretrizes corretamente. Mesmo as pesquisas que buscam propor análises aprofundadas de produções bem-sucedidas, acabam apontando as falhas existentes nelas. É o caso do trabalho de Anelise Cardoso (2013), que analisou, durante os dez anos que sucederam o ataque às Torres Gêmeas, em 11 setembro de 2001, todos os textos que continham a palavra “refugiado” publicados pelos periódicos *Folha de São Paulo*, *Correio Brasiliense*, *O Globo* e *Zero Hora*. No total, foram 98 publicações. Entre elas, a reportagem veiculada em novembro de 2007 pela *Folha de São Paulo* “Refugiada Somali narra suas duas vidas”. A autora explica que, na publicação, o jornal possibilitou que Ayaan Hirsi Ali, uma mulher refugiada que escreveu o livro “Infiel: a história de uma mulher que desafiou o islã”⁶, contasse sua trajetória de vida. No entanto, apesar de o conteúdo da matéria colocar em destaque a pessoa que vivenciou a realidade do refúgio, são usadas expressões como “imigrantes ilegais”⁷, “vítima da fome” e “vítima da guerra”. Ou seja, a tentativa de produzir uma reportagem humanitária não foi bem executada.

Para mais, a autora ressalta que o número de reportagens produzidas sobre esse tema foi escasso, considerando que foram apenas 98 em dez anos. Isso demonstra uma falta de interesse dos veículos pela temática. “A produção jornalística (e a acadêmica) na área ainda é pequena, assim como os espaços de fala concedidos ao refugiado e sua atuação dentro da notícia” (Cardoso, 2013, p. 161).

Sendo assim, o jornalismo humanitário é uma alternativa para a cobertura das migrações internacionais. É evidente que o tema precisa ser abordado com mais frequência pela mídia brasileira, principalmente quando trata de crises humanitárias, para que haja apoio e incentivo ao desenvolvimento de políticas públicas de acolhimento e suporte aos migrantes. Contudo, é crucial que a dor dessas populações não seja explorada pelos veículos e que elas não fiquem sujeitas a uma exposição desnecessária. Logo, a expectativa é que a modalidade possa auxiliar na cobertura do cenário, porque ela preza, principalmente, pela dignidade humana (Victor, 2018).

⁶ Autobiografia de Ayaan, exilada somali conhecida na Holanda por sua luta pelos direitos da mulher muçulmana e por suas críticas ao fundamentalismo islâmico.

⁷ A expressão é inadequada porque causa um impacto negativo, transmitindo a ideia de um ato ilícito; criminoso. Mas migrar é um direito humano, por isso, seria mais apropriado dizer “imigrante em situação irregular” ou “imigrante indocumentado”.

Considerações finais

Ao longo desta pesquisa buscamos compreender de que maneira o jornalismo humanitário pode contribuir para a cobertura midiática das migrações internacionais, especialmente daquelas que são impulsionadas por crises humanitárias. Em primeiro lugar, realizamos um debate teórico acerca dos movimentos migratórios e de suas causas. Concluímos que as principais motivações para imigrar estão relacionadas à busca por melhores condições de vida. Segundo Martine (2005), essa procura está diretamente ligada ao processo de globalização, que permite que os migrantes tenham contato com a perspectiva de oportunidades de trabalho e estudo em outros países, devido ao alto fluxo de informações.

Contudo, notamos que o desejo de migrar não é suficiente para que possam fazê-lo. As pessoas precisam ter condições financeiras para arcar com os custos da viagem e da vida no outro país (Nolasco, 2016). Isso nem sempre é possível, como acontece no caso das migrações forçadas, causadas por crises humanitárias. Os migrantes e refugiados que saem de seu país de origem sem essa condição econômica acabam viajando em situações precárias. Quando chegam, eles também podem enfrentar dificuldades semelhantes às da viagem, porque ficam sem acesso à saúde, educação, segurança, moradia e outros direitos humanos. Portanto, entendemos que as migrações internacionais e as crises humanitárias necessitam de visibilidade midiática, para que esses problemas possam ser sanados.

A partir disso, analisamos a forma como a cobertura dessas crises é feita. Assim como explica Kamila Lovizon (2020), concluímos que, apesar de cenários como esse se estenderem por longos períodos, eles só são veiculados pela grande mídia quando há um acontecimento vultoso. Caso contrário, acabam sendo ignorados por causa da ausência do valor-notícia novidade. Isso acontece especialmente no campo das *hard news*, em que os jornalistas, ao prezarem exageradamente pela imparcialidade e objetividade, em vez de buscarem a interpretação da realidade, acabam ignorando as causas e consequências do fato (Melo, 2021).

Por fim, propusemos o jornalismo humanitário como alternativa para a cobertura. Esta modalidade, que não tem uma definição específica, objetiva causar mudanças sociais por meio de produções jornalísticas. Contudo, ainda existem poucos exemplos de reportagens que seguem as diretrizes propostas pela

modalidade. Apesar disso, é nítido que, no caso da cobertura de movimentos migratórios, ela viabiliza uma análise do fenômeno, procurando incluir a perspectiva dos migrantes sobre ele, o que evita a dramatização e o sensacionalismo, muitas vezes encontrados em coberturas de situações extremas (Batsi; Victor, 2021).

Concluimos, portanto, que é preciso uma transformação na forma em que é feita a cobertura dos movimentos migratórios. O jornalismo humanitário é a alternativa ideal para isso, ainda que nos pareça estranha a necessidade de batizar uma especialização do jornalismo como humanitário, sendo que a narrativa noticiosa deveria ser sempre humanitária. No entanto, enquanto a mídia continuar falhando em oferecer explicações completas dos fatos à sociedade, ainda será necessária uma especialização que concretize o real propósito do jornalismo, que é “fornecer aos cidadãos as informações de que necessitam para serem livres e se autogovernar” (Kovach; Rosentiel, 2005).

Referências bibliográficas

AGÊNCIA da ONU para Refugiados. **Cobertura jornalística humanitária**: Guia do ACNUR para profissionais e estudantes de comunicação. São Paulo: ACNUR, 2020.

AGÊNCIA da ONU para Refugiados. **Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados**, 1951. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf. Acesso em: 21 maio 2023.

ALVES, Thais Maira; DIAS, Ricardo Henrique Almeida. Refugiados e um Brasil solidário: enquadramento humanitário em duas reportagens jornalísticas. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUL, 18, 2017, Caxias do Sul. **Anais eletrônicos...** Rio Grande do Sul: Intercom, 2017.

ASSIS, Gláucia de Oliveira; SASAKI, Elisa Massae. Teorias das migrações internacionais. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12., 2000, Caxambu. **Anais eletrônicos...** Caxambu: ABEP, 2000.

BATSI, Christian Dino; VICTOR, Cilene. Cobertura jornalística da questão migratória na lente do jornalismo humanitário e de paz. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 44., 2021, Virtual. **Anais eletrônicos...** São Paulo: Intercom, 2021.

BBC News Brasil. Atentados de 11 de setembro: a tragédia que mudou os rumos do século 21. **BBC News Brasil**, São Paulo, 10 set. 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-55351015>>. Acesso em: 27 out. 2023.

BRIGNOL, Liliane; CURI, Guilherme. Repensar a noção de “crise migratória”: Por uma cobertura jornalística ética e humanitária sobre as dinâmicas de mobilidade humana. **Revista Estudios sobre el Mensaje Periodístico**, Madrid, n. 27, p. 63-72, 2021.

BUNCE, Mel; SCOTT, Martin; WRIGHT, Kate. **Humanitarian Journalism**. City, University of London Institutional Repository, 2019. Disponível em: <<https://oxfordre.com/communication/display/10.1093/acrefore/9780190228613.001.0001/acrefore-9780190228613-e-821;jsessionid=0CE4EDB71B70B4D8EFC6ECE77DB9A37F>>. Acesso em: 05 jul. 2023.

CARDOSO, Anelise Zanoni. **Jornalismo para paz ou para guerra: o refugiado na cobertura jornalística brasileira**. Tese (Doutorado em Comunicação e informação) – UFRGS, Porto Alegre, 2013.

FEDERAÇÃO Nacional dos Jornalistas. **Código de ética dos jornalistas brasileiros**. Vitória, 4 de agosto de 2007. Disponível em: <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf>. Acesso em: 08 set. 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

INSTITUTO Migrações e Direitos Humanos. **Migrantes: quem são?**. Disponível em: <<https://www.migrante.org.br/migracoes/migrantes-quem-sao/>>. Acesso em: 23 abr. 2023.

JUNGER, Gustavo; CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu de; SILVA, Bianca G. **Refúgio em Números (7ª Edição)**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2022.

KOVACH, Bill; ROSENTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir**. São Paulo: Geração Editorial, 2005.

LOVIZON, Kamila. Critérios de noticiabilidade na cobertura de temas humanitários: Care Internacional e a metáfora do sofrimento em silêncio. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 43., 2020, Virtual. **Anais eletrônicos...** São Paulo: Intercom, 2020.

MARTINE, George. A globalização inacabada: migrações internacionais e pobreza no século 21. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, set. 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/spp/a/ddmq64Q3LR7dwYJYcNR4pQf/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 22 abr. 2023.

MCAULIFFE, Marie; TRIANDAFYLLIDOU, Anna. **World Migration Report 2022**. International Organization for Migration. Geneva: IOM, 2022.

MELO, Ana Catarina das Neves Castro e. **A (in) definição e emergência do jornalismo humanitário: A cobertura mediática do conflito de Cabo Delgado no jornal Público**. 2021. 137 f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2021.

NOLASCO, Carlos. Migrações internacionais: conceitos, tipologia e teorias. **Oficina do Centro de Estudos Sociais**, Coimbra, mar. 2016. Disponível em:

<<https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/32548/1/Migra%20a7%20b5es%20internacionais%20Conceitos%20tipologia%20e%20teorias.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2023.

ONU. **Final research-based report of the Human Rights Council Advisory Committee on best practices and main challenges in the promotion and protection of human rights in post-disaster and post-conflict situations**. Nova York: ONU, 2015. Disponível em: <<https://reliefweb.int/report/world/final-research-based-report-human-rights-council-advisory-committee-best-practices-and>>. Acesso em: 03 out. 2023.

ORGANIZAÇÃO Internacional para as Migrações. **Glossário sobre migração**. Genebra: IOM, 2009. Disponível em: <<https://publications.iom.int/system/files/pdf/iml22.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2023.

PEIXOTO, João. **As migrações dos quadros altamente qualificados em Portugal: fluxos migratórios inter-regionais e internacionais e mobilidade intraorganizacional**. 1998. 218 f. Tese (Doutorado em Sociologia Econômica) - Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 1998.

REIS, Rossana Rocha. Soberania, direitos humanos e migrações internacionais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, jun. 2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/xLMhjxfpPVP6RwxGxzWL6xG/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 22 abr. 2023.

SILVA, Gislene. Para pensar critérios de noticiabilidade. **Revista Estudos em Jornalismo e Mídia**. Santa Catarina, vol. 2, n. 1, p. 95-107, 2005.

STUMPF, Ida Regina. Pesquisa bibliográfica. In: BARROS, Antonio; DUARTE, Jorge (Orgs). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006. p. 51-61.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional**. 2ª edição. Florianópolis: Editora Insular, 2008.

VICTOR, Cilene. A Migração Venezuelana na Perspectiva do Jornalismo Humanitário. In: LEMOS, Luis Alberto de Farias Else; REBECHI, Claudia Nociolini. Abrapcorp. **Opinião pública, comunicação e organizações: Convergências e perspectivas contemporâneas**. São Paulo: Abrapcorp, 2020. p. 89-115.

VICTOR, Cilene. A opacidade do sofrimento humano decorrente de desastres sob a perspectiva do jornalismo humanitário. **Folios**, 05 nov. 2018. Disponível em: <<https://revistas.udea.edu.co/index.php/folios/article/view/338479>>. Acesso em: 22 abr. 2023.

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
ESCOLA DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO
FACULDADE DE JORNALISMO**

GABRIELA TIBURCIO RODRIGUES DE SOUZA

RELATÓRIO INDIVIDUAL DE PESQUISA

REPRESENTAÇÃO DOS REFUGIADOS NO JORNALISMO LITERÁRIO

CAMPINAS

2023

Gabriela Tiburcio Rodrigues de Souza

**RELATÓRIO INDIVIDUAL DE PESQUISA
REPRESENTAÇÃO DOS REFUGIADOS NO JORNALISMO LITERÁRIO**

Relatório Individual de Pesquisa apresentado à disciplina METODOLOGIA DE PESQUISA APLICADA EM JORNALISMO da Faculdade de Jornalismo da PUC-Campinas como exigência parcial para aprovação na referida disciplina, sob orientação da Prof^a. Juliana Doretto

PUC-CAMPINAS

2023

INTRODUÇÃO

Refugiados, de acordo com o Manual de Procedimentos e Critérios para Determinar a Condição de Refugiado da Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), são aqueles que foram obrigados a deixar o país de origem devido a temores de perseguição ou à grave e generalizada violação de direitos humanos e conflitos armados. O Manual define, ainda, que, quando as questões financeiras de um país “comprometem a sobrevivência econômica de um segmento particular da população, as vítimas destas medidas podem, tendo em conta as circunstâncias, tornar-se refugiados ao deixarem o país” (ACNUR, 2004, p. 16).

O Relatório Anual de 2022 da OBMigra (Observatório das Migrações Internacionais), com dados de 2021, o mais atual até o momento, destaca que, entre os anos de 2011 e 2021, 57.028 pessoas foram reconhecidas como refugiadas no Brasil. Em 2023, segundo o Conare (Comitê Nacional para os Refugiados), 134 mil pessoas ainda esperam definição das autoridades para serem consideradas refugiadas, sendo esse o período que concentrou a maior fila de solicitações de refúgio desde a promulgação do Estatuto do Refugiado, em 1997.

Como aponta Cardoso (2013), mesmo protegidos pela lei, os refugiados, muitas vezes, são considerados cidadãos indesejados nos países em que buscam abrigo, e o processo para solicitação de refúgio tem sido cada vez menos divulgado pela imprensa. No entanto, a mídia tem papel fundamental no processo de acolhida de pessoas em situação de deslocamento forçado:

A autonomia do Estado e da nação e sua capacidade de proteger aos cidadãos contra influências externas, bem como a poderosa lógica econômica e cultural da globalização, não podem ser controlados por Estados individuais, mas por um sistema que envolve o trabalho da imprensa e a atitude dos cidadãos. (Cortina, 2005, apud Cardoso, 2013, p. 43)

A fim de realizar coberturas mais complexas sobre os refugiados, adensando o assunto e a realidade dos personagens, jornalistas optam por tratar da questão por meio do Jornalismo Literário, ou seja, uma produção jornalística que utiliza técnicas da literatura e da escrita criativa para se aprofundar nas histórias contadas (Migotto Filho, 2015, p. 11). Seu objetivo é “fazer com que o leitor passe pela experiência sensorial, simbólica, de entrar naquele mundo específico que a matéria retrata” (Lima, 2014, p. 15).

O veículo mais comum de Jornalismo Literário, que garante uma maior complexidade no tratamento dos assuntos, a partir de uma abordagem criativa, é o livro-reportagem, também conhecido como romance de não ficção. Para Edvaldo Pereira Lima (2009), o livro-reportagem:

De um lado amplia o trabalho da imprensa cotidiana, como que concedendo uma espécie de sobrevida aos temas tratados pelos jornais, pelas revistas, emissoras de rádio e televisão. De outro, penetra em campos desprezados ou superficialmente tratados pelos veículos jornalísticos periódicos, recuperando para o leitor a gratificante aventura da viagem pelo conhecimento da contemporaneidade (Lima, 2009, p. 7).

Pode-se citar como exemplo de livro-reportagem que aborda o refúgio “Malala, a menina que queria ir para a escola”, de Adriana Carranca (2015); “Valentes: histórias de pessoas refugiadas no Brasil”, de Aryane Cararo e Duda Porto de Souza (2020); “Pangeia: fragmentos da guerra da Síria no Brasil”, de Gabrielle Albiero e Luiza Aguiar (2015); “Andrews: a trajetória de um refugiado congolês”, de Bárbara Monteiro e Roberta Nunes (2016); “Fronteiras Desfeitas”, de Leidiane Cristina Campos (2019); “Refúgio: histórias de refugiados colombianos que escolheram São Paulo como nova casa”, de Ellen Visitário, Jackson Vasconcelos e Mauro Balhessa (2017); “City of Thorns: nine lives in the world’s largest refugee camp”, de Ben Rawlence (2016); e “The New Odissey: the story of Europe’s refugee crisis”, de Patrick Kingsley (2016).

Nesse sentido, a pesquisa visa compreender como os refugiados são representados no Jornalismo Literário, em especial no livro-reportagem. Para que isso seja feito, realizamos dois debates teóricos essenciais. O primeiro deles envolve a definição de refugiados, e suas condições no mundo contemporâneo; enquanto o segundo aborda os pontos de encontro e os distanciamentos entre jornalismo e literatura, na conceitualização de Jornalismo Literário. A partir disso, por fim, entenderemos como esse gênero jornalístico constrói representações dos refugiados em seu discurso.

METODOLOGIA

De acordo com Gil (2002, p. 17), pesquisa é o “procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são

propostos” e é desenvolvida a partir de conhecimentos disponíveis e do uso de métodos científicos. Já Bastos e Keller (1995, p. 53) definem a pesquisa científica como “uma investigação metódica acerca de um determinado assunto com o objetivo de esclarecer aspectos em estudo”. Nota-se, portanto, que em ambas as definições a pesquisa visa oferecer respostas sobre um determinado questionamento.

Neste projeto em específico, será utilizada a pesquisa exploratória sob o método da pesquisa bibliográfica. Ainda segundo Gil (2002, p. 41), a pesquisa exploratória é uma forma de levantar e selecionar os estudos que proporcionam uma maior familiaridade com o problema. Dessa forma, tornam o problema mais explícito, construindo hipóteses e aprimorando ideias ou realizando descobertas. A pesquisa bibliográfica, assim, é exploratória. Stumpf (2005) a compreende como:

um conjunto de procedimentos que visa identificar informações bibliográficas, selecionar os documentos pertinentes ao tema estudado e proceder à respectiva anotação ou fichamento das referências e dos dados dos documentos para que sejam posteriormente utilizados na redação de um trabalho acadêmico (Stumpf, 2005, p. 51).

É importante ressaltar que todo trabalho científico se inicia com a pesquisa bibliográfica, pois, antes de realizar sua descoberta, o pesquisador deve saber o que já foi produzido sobre a questão. Alguns trabalhos, contudo, se baseiam apenas na pesquisa bibliográfica para sua realização, recolhendo conhecimentos prévios sobre o problema definido a partir de referências teóricas já analisadas e publicadas (Fonseca, 2002, p. 32), como é o caso deste trabalho.

A fim de cumprir com seu objetivo de reunir conhecimento sobre um assunto específico, a pesquisa bibliográfica deve seguir algumas etapas. São elas, segundo Stumpf (2005): identificação de tema central, subtemas e palavras-chaves que auxiliam na busca de informações; seleção de fontes bibliográficas; localização e obtenção dos materiais a serem consultados; leitura e transcrição de dados; e redação do texto com as devidas citações.

Para responder à questão sobre como os refugiados são representados no Jornalismo Literário, em especial em livros-reportagem, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, que se baseou, em um primeiro momento, em trabalhos encontrados

na base de dados do Google Acadêmico¹, a partir da busca de palavras-chave como “refugiados”, “refúgio”, “jornalismo literário”, “livro-reportagem” e “refugiados no jornalismo literário”. Em um segundo momento, foi realizada uma busca em esquema de bola de neve nas referências dos textos que já haviam sido selecionados. Também foram encontrados materiais de apoio em bancos de dados do Observatório das Migrações Internacionais² e da Agência da ONU para Refugiados³.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Refugiados

Como já dito neste relatório, segundo o Manual de Procedimentos e Critérios para Determinar a Condição de Refugiado da Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), define-se como refugiado aquele que deixou sua nação de origem, de forma obrigatória, por consequência de temores de perseguição, de conflitos armados, de grave e generalizada violação de direitos humanos ou de questões financeiras que comprometem a sobrevivência. Assim, “uma pessoa não se torna refugiado porque é reconhecida como tal, mas é reconhecida como tal porque é um refugiado” (Manual, 2004, p. 10).

É importante ressaltar que o refúgio existe desde a época da Mesopotâmia (entre 4000 AC a 539 AC), em razão de perseguição religiosa e violência política, mas ganhou força com a Segunda Guerra Mundial (1939 a 1945), época em que milhões de pessoas foram forçadas a deixar seu país (Barreto, 2010, p. 12-14). O Manual da ACNUR segue, portanto, as definições criadas após esse período, pela Convenção de 1951 e pelo Protocolo de 1967⁴, relativo ao Estatuto dos Refugiados.

Estima-se que entre 1939 e 1947 cerca de 53,5 milhões de pessoas foram deslocadas de sua nação de origem em decorrência da guerra na Europa (Ginesey, 1948, p. 70 *apud* Andrade 2005, p. 2). A Organização Internacional para Refugiados (OIR), a primeira entidade criada para a proteção de refugiados, surgiu nesse contexto, em 1946, a fim de solucionar a crise emergente de refugiados. Mas,

¹ Disponível em: <https://scholar.google.com/>. Acesso em: 24 de mar. 2023.

² Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados>. Acesso em: 24 de mar. 2023

³ Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/publicacoes/>. Acesso em: 24 de mar. 2023

⁴ Documentos criados para normatizar a ACNUR e definir com clareza o termo “refugiado”.

segundo Andrade (2005, p. 5), a entidade nasceu com um viés mais político do que humanitário, visto que a discordância do bloco socialista em relação à criação da organização e a falta de interesse pela causa de refugiados por países que não foram afetados pela guerra contribuíram para a abstenção de 18 nações na votação para a Constituição da OIR.

Ao longo de sua existência, a OIR teve apenas 18 países-membros. Dessa forma, o “limitado número de países que participaram na OIR comprometeu seriamente seu orçamento, cujas colaborações haviam sido divididas, na esperança e confiança de que todos os Estados-membros das Nações Unidas se vinculariam à OIR” (Andrade, 2005, p. 8). A OIR acabou tornando-se a primeira entidade da ONU a ser extinta, encerrando sua atuação em 1952, após a criação da ACNUR em 1950, que passou a ser responsável pela proteção e assistência aos refugiados.

Para evitar os erros da OIR e definir com clareza o alcance do termo “refugiado” e as soluções para sua proteção, normatizando a ACNUR, foi aprovada a Convenção de 1951 da ONU sobre Refugiados. Em seu artigo 1º, parágrafo 2, o documento define refugiado como aquele

Que, em consequência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 e temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele.

Contudo, como analisa Barreto (2010, p. 15), a definição acima é limitada quanto ao tempo e ao espaço, já que se refere apenas aos refugiados que saíram da nação de origem devido aos acontecimentos na Europa anteriores ao primeiro dia do ano de 1951. As limitações impediram a aplicação da Convenção de 1951 por alguns países, criando a necessidade da elaboração de um novo protocolo.

A assinatura do Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados, de 1967, pela ONU foi fundamental para dar à Convenção de 1951 um caráter universal e atemporal (Barreto, 2010, p. 16). De acordo com o Manual da ACNUR (2004, p. 6), os Estados que aderem ao Protocolo de 1967, mesmo que não façam parte da Convenção de 1951, comprometem-se a aplicar suas disposições aos refugiados, os

quais agora são definidos sem considerar o espaço e o tempo, uma vez que o novo documento exclui as frases “em consequência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951” e “em consequência de tais acontecimentos” de sua definição.

Não obstante, percebeu-se a necessidade de ampliar ainda mais os dispositivos da Convenção de 1951. Assim, conforme Barreto (2010, p. 16) aponta, foi assinada a Declaração de Cartagena, em 1984, que estendeu o conceito de refugiado aos grupos cujas nações de origem enfrentam degradação política e social, violência generalizada e violação dos direitos humanos, atualizando a definição e chegando àquela proposta pelo Manual da ACNUR, citada acima. Nesse contexto, refugiado passou a incluir

toda aquela pessoa que tivesse fugido de seu país porque a sua vida, segurança ou liberdade tenham sido ameaçadas pela violência generalizada, agressão estrangeira ou conflitos internos, violação dos direitos humanos ou outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública (Barreto, 2010, p. 16)

De acordo com dados reunidos pela ACNUR e pelo Comitê Nacional para Refugiados (Conare) em seu painel interativo⁵, até o início de 2023 o Brasil tinha 65.811 pessoas reconhecidas como refugiadas. Já o relatório Refúgio em Números, organizado pelo Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra) em 2023, o mais atual até então, aponta que, somente em 2022, a Conare recebeu 50355 solicitações de reconhecimento da condição de refugiado no país (Junger; Cavalcanti; Silva; Tonhati; Costa, 2023). Contudo, o acolhimento de refugiados nem sempre foi uma prática do Brasil, o qual, em princípio, não se envolveu com as organizações citadas anteriormente, tendo, inclusive, se absterido na votação para a criação da OIR (Andrade, 2005, p. 4).

Carneiro (2014) destaca que durante o primeiro governo de Getúlio Vargas, de 1930 a 1945, a entrada de migrantes no país era restrita, fruto de uma política imigratória racista que considerava alguns grupos de estrangeiros como seres indesejáveis. O Brasil passou a se envolver com a questão dos refugiados somente a partir de 1946, com a mudança de regime político e a posse de Eurico Gaspar Dutra, que deu início à abertura da política imigratória. Destarte, em 1947, foi

⁵ Disponível em

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiZTK3OTdiZjctNGQwOC00Y2FhLTgxYTctNDNIN2ZkNjZmMwVlliwidCI6ImU1YzZM3OTgxLTY2NjQtNDEzNC04YTBjLTY1NDNkMmFmODBiZSIsImMiOiJh9&pageName=ReportSection>. Acesso em: 19 maio 2023.

firmado o Acordo entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Comitê Intergovernamental de Refugiados Intergovernamental, “mediante o qual o Brasil se comprometia a receber um primeiro grupo, a título de experiência, de mil famílias, não devendo exceder o total de cinco mil indivíduos” (Andrade, 2005, p. 17).

Barreto (2010) aponta que, apesar de o Brasil aderir à Convenção de 1951 em 1960, durante o último ano do governo de Juscelino Kubitschek, a presença da ACNUR só foi oficialmente aceita no país em 1982, com o início do processo de redemocratização. Isso porque, ao longo das décadas de 1960 e 1970, o Brasil passou por um período de ditadura e um movimento de emigração, atrasando o desenvolvimento da política nacional de proteção aos refugiados.

Entretanto, ao aderir à Convenção de 1951, restrita quanto à espacialidade e à temporalidade, como já mencionado nesta revisão, o Brasil passou a considerar como refugiados apenas os europeus que saíram da nação de origem antes de janeiro de 1951 (Barreto, 2010, p.18). Na época,

a recepção de refugiados e deslocados não era só interessante para a execução da política exterior brasileira. Outro motivo que levava o Brasil a buscar a imigração daqueles que não desejavam regressar aos seus países de origem após a Segunda Grande Guerra era a conveniente convergência de sentimentos e princípios humanitários – não externados no período entreguerras, ao menos vis-à-vis os refugiados que recorreram à proteção internacional àquela época –, com a oportunidade de receber mão-de-obra qualificada que viesse a suprir a demanda doméstica (Andrade, 2005, p. 28).

Desse modo, percebe-se que a presença de refugiados no país, de início, tratava-se de uma questão mais de interesse econômico do que de ajuda humanitária. Tal situação foi solucionada com a adoção da Declaração de Cartagena em 1989, quando o Brasil passou a receber refugiados independentemente de sua origem (Barreto, 2010, p. 18).

Foi apenas em 1997, contudo, que o Estatuto dos Refugiados foi efetivamente regulamentado no país, com a edição da Lei nº 9.474, a qual, além de definir os mecanismos para a implantação do estatuto em questão, assegura legalmente aos refugiados os mesmos direitos que os nacionais, independentemente de sua origem. A lei, redigida com a ACNUR e com representantes da sociedade civil, possibilita, ainda, a criação de um órgão nacional responsável pelas políticas públicas de

refúgio e pelas decisões sobre as solicitações de refúgio no Brasil — o Conare, já citado anteriormente. (Barreto, 2010, p. 19).

Compreende-se, portanto, que o Brasil demorou a garantir juridicamente a proteção dos refugiados, levando cinco décadas do momento da criação do primeiro órgão mundial responsável pelo assunto, em 1946, até a edição da Lei nº 9.474, em 1997. Não obstante, a prática muitas vezes não segue a teoria, e os refugiados acabam sendo considerados indesejáveis nos locais em que buscam reconstruir a vida, encontrando dificuldades em relação à garantia de seus direitos à educação, à saúde, à moradia, ao trabalho e ao saneamento básico, por exemplo.

Jornalismo Literário

Para Simão (2018, p. 19), o Jornalismo Literário é uma combinação entre estéticas literárias, como narração e descrição, e técnicas de investigação jornalística. Já Lima (2012 *apud* Pedroso, 2019, p. 27) considera que o Jornalismo Literário aprofunda e contextualiza o conteúdo factual sem, contudo, admitir invenções na narrativa. Nesse sentido, Guzzo e Teixeira (2008, p. 3) afirmam que a união entre jornalismo e literatura “abre as portas às ferramentas que permitem ao repórter captar a realidade com maior profundidade, sem deixar de lado a apuração ética e criteriosa”.

Podemos citar como ferramentas a imersão do repórter na realidade a ser escrita e a precisão de dados e informação. Importante ressaltar que o Jornalismo Literário não negligencia as técnicas do jornalismo diário, como a apuração e a observação atenta e a ética, mas as desenvolve em um tempo de produção maior do que aquele possibilitado pelo jornalismo factual (Pena, 2015, p. 49). Desse modo, compreende-se que, apesar de se apropriar de recursos da literatura, o Jornalismo Literário mantém em sua prática a essência do jornalismo ao tratar da investigação de fatos e buscar aproximar-se, o máximo possível, da veracidade.

O escritor Daniel Defoe, conhecido pela obra “Robinson Crusóé”, é considerado o precursor do romance realista⁶ inglês e um dos primeiros a se aventurar pela junção de jornalismo e literatura, ainda no século XVIII, como aponta Migotto Filho (2015, p. 11). Da mesma forma, no século XIX, autores dos

⁶ Movimento literário do século XIX, cujos autores rejeitavam a idealização do mundo e valorizavam a objetividade e as situações cotidianas.

movimentos realismo social e naturalismo⁷ aproximaram a literatura do jornalismo ao pesquisar contextos sociais reais para escreverem as histórias de seus personagens (Migotto Filho, 2015, p. 12). Nota-se, porém, que, na época, apesar do processo de investigação da realidade durante o planejamento da obra, os acontecimentos e os personagens do livro eram fictícios.

Segundo Faria (2011):

O gênero jornalístico-literário surgiu das primeiras combinações de recursos literários com técnicas de investigação jornalística, que deram origem a obras de ficção inspiradas na vida real. Esta tendência já se manifestava, no século XVIII, na escrita ficcionista de Daniel Defoe e de Henry Fielding. Desde essa época que os cânones da produção literária foram sendo remodelados, passando pelos anos 60 do século XX, quando eclodiu o New Journalism, até os dias de hoje

Como citado acima, após Daniel Defoe, outros autores colaboraram, em diferentes épocas, com o surgimento do jornalismo literário, unindo os fatos às técnicas literárias. Foram eles: Charles Dickens, romancista adepto ao realismo; Émile Zola, um dos principais representantes do naturalismo; Ernest Hemingway, norte-americano que cobria guerras; Lilian Ross, autora de “Filme”, um livro que retrata a produção do longa “A glória de um covarde”; Rodolfo Walsh, argentino que investigou a violência do governo que depôs Juan Perón; e John Reed, que escreveu sobre as revoluções mexicana e russa (Migotto Filho, 2015, p. 12-15).

No Brasil, a presença de escritores nas equipes dos jornais começou a estreitar os laços entre jornalismo e literatura no país. No século XIX, nomes como Machado de Assis, Olavo Bilac, Lima Barreto e Raul Pompéia publicavam com frequência histórias seriadas, com novos capítulos ou episódios a cada edição. (Migotto Filho, 2015, p. 12-15). Já no século XX, os escritores Graciliano Ramos, Carlos Drummond de Andrade, João Cabral de Melo Neto e Rubem Braga marcaram presença nas páginas dos jornais, “não especificamente como repórteres, mas também como editorialistas, cronistas, editores, críticos e entrevistadores” (Damázio, 2008, p.11 *apud* Migotto Filho, 2015, p. 13).

Na virada do século XIX para o século XX, Euclides da Cunha, jornalista de O Estado de S. Paulo, viajou para a região de Canudos, na Bahia, a fim de realizar a

⁷ Movimento literário do século XIX, inspirado em teorias científicas da época para contar histórias que enfatizavam o instinto humano.

cobertura da guerra⁸ que levou o nome do lugar. Sua permanência no estado resultou na obra “Os Sertões” (Rocha; Xavier, 2013, p. 143). O livro é considerado a primeira expressão mais densa do Jornalismo Literário no país, por utilizar recursos narrativos típicos da literatura enquanto narra o fato em si, dessa vez com personagens e acontecimentos reais (Migotto Filho, 2015, p. 13).

Outros nomes que são considerados precursores do Jornalismo Literário brasileiro no século XX, unindo cobertura factual e recursos da ficção, são João do Rio e Joel Silveira. João do Rio tornou-se “o primeiro escritor de não-ficção popular no Brasil” (Lima, 2014, p. 48) com a obra “As religiões do Rio” (1904), que aborda o sincretismo religioso. Já o livro “A milésima segunda noite da Avenida Paulista” (2003), de Joel Silveira, reúne reportagens publicadas nos anos 40 sobre os bastidores da política, a vida das elites e de artistas e intelectuais da época, de São Paulo e do Rio de Janeiro (Migotto Filho, 2015, p. 14).

Contudo, o Jornalismo Literário só ganhou força a partir da década de 1960, nos Estados Unidos, quando ficou conhecido como Novo Jornalismo. Nomes como Tom Wolfe, Jimmy Breslin, Gay Talese, Hunter S. Thompson, Joan Didion, John Sack, Michael Herr, Truman Capote e Norman Mailer perceberam que as técnicas tradicionais do jornalismo eram insuficientes para cobrir os acontecimentos culturais e sociais da época, marcada por guerras, repressão política, *rock 'n roll*, drogas e os movimentos hippie e amor livre, pois se atentavam aos fatos de modo muito objetivo, deixando o contexto da situação ausente das notícias (Weingarten, 2010, p. 15).

O movimento “se trata de um jornalismo que se lê como ficção e que soa como a verdade do fato relatado” (Weingarten, 2010, p. 16). Essa “nova forma de fazer jornalismo”, como diziam na época, se inspirou no processo de investigação para a produção de obras mais extensas, como era feito no movimento literário realista, mencionado acima, para propor uma observação mais atenta, rica e subjetiva da realidade, unindo a apuração jornalística às técnicas literárias (Faria, 2011). Desse modo, o Novo Jornalismo nada mais é do que a consolidação do que hoje se chama de Jornalismo Literário (Weingarten, 2010, p. 16).

Segundo Wolfe (1975), “a ideia era fornecer a descrição objetiva completa e ainda outra coisa que os leitores encontravam nos romances novelas: concretamente, a vida emocional e subjetiva dos personagens” (Wolfe, 1975, p. 35

⁸ Combate armado entre o exército brasileiro e a população do sertão da Bahia, região negligenciada pelo governo federal e que lutava contra a fome, miséria e seca.

apud Rocha; Xavier, 2013, p. 143). O escritor destaca a organização do texto cena a cena, que detalha os acontecimentos à medida que se desdobram; a construção de diálogos completos, evidenciando as personalidades dos personagens ao dar voz às suas ideias; o ponto de vista em terceira pessoa, que insere o jornalista no livro como observador da história narrada; e a descrição de ambientes e hábitos, para aproximar o leitor da realidade retratada, como recursos do Novo Jornalismo (Wolfe, 2005, apud Migotto Filho, 2015, p. 16).

De acordo com Guzzo e Teixeira (2008, p. 4), o principal formato em que se desenvolve o Jornalismo Literário é o livro-reportagem, também chamado de romance de não ficção. As autoras explicam que ele aprofunda o fato de modo original e criativo, garantindo uma abordagem diferente do jornalismo diário. Além disso, durante seu planejamento, desenvolvimento e edição, algumas práticas devem ser levadas em consideração, incluindo técnicas tradicionais do jornalismo. São elas: apuração jornalística, levantamento de dados, entrevistas com fontes selecionadas e humanização. Esta última trata-se de um modo de aproximar dados e informações do leitor, para que ele se identifique com a situação, sem, contudo, banalizar as vivências das fontes, para que experiências universais possam ser sentidas de forma mais particular (Rocha; Xavier, 2013, 148-151).

Seguindo essa linha de raciocínio, Migotto Filho define que o romance de não ficção é formado por “grandes reportagens, que ultrapassam as barreiras da periodicidade do jornalismo diário e alcançam o caráter duradouro da literatura no formato de livro” (Migotto Filho, 2015, p. 26). Para Lima (2009), o que diferencia um livro-reportagem de outras publicações classificadas como livro são seu conteúdo, edição e função social. Dessa forma, enquanto o livro-reportagem trata de fatos, depende da apuração e pretende informar e orientar seu público sobre um determinado assunto, os demais tipos de livro podem abordar situações fictícias, sem depender da veracidade dos acontecimentos e podendo servir simplesmente para o entretenimento.

Entretanto, “apesar de toda a liberdade que o jornalista ganha ao se propor escrever um livro-reportagem, este não se pode permitir que a imaginação tome conta do relato” (Guzzo; Teixeira, 2008, p. 5). Isso porque, como aponta Simão (2018, p. 26), mesmo que utilize recursos estilísticos da literatura, o Jornalismo Literário, como já mencionado, não é ficção. Para Kramer (1995):

Este deve respeitar a cronologia dos acontecimentos, não ter cenas compostas, não falsear a proporção dos acontecimentos, não inventar citações, não atribuir pensamentos às fontes (a não ser que as fontes digam que os tiveram) e não existirem acordos “escondidos” ou desconhecidos que envolvam pagamentos ou controlo editorial (Kramer, 1995 *apud* Simão, 2018, p. 28).

Portanto, para ser considerada Jornalismo Literário e um livro-reportagem, a obra deve retratar os fatos de uma determinada situação, contando de modo aprofundado as histórias reais de pessoas que existem ou existiram no mundo real. Dessa forma, mesmo que se baseie em recursos literários, como diálogos e descrições, o conteúdo jamais deve ser ficcional.

Representação dos refugiados no jornalismo literário

Como já mencionado anteriormente neste trabalho, a imprensa tem um papel estratégico na acolhida de refugiados. De acordo com Cardoso:

Principal construtora de discursos, a imprensa pode atuar nesta área de forma construtiva ou incitando a violência e o ódio. Tem o poder de trazer mudanças significativas – o que colaboraria para o surgimento de uma sociedade mais justa e amigável – ou de promover uma verdadeira luta do bem contra o mal (Cardoso, 2012, p. 92).

No entendimento da autora, o jornalismo contribui com a construção de representações e a consolidação do imaginário da população brasileira acerca dos refugiados. Contudo, ela ressalta que o foco dado pela imprensa à questão muitas vezes se distancia do cotidiano desse grupo e que “de modo geral, o refugiado é apresentado como um ‘intruso’, e não como um estrangeiro” (Cardoso, 2012, p. 93).

Van Dijk (1997 *apud* Cardoso, 2012) analisa que a ideia de refugiado como “intruso” se deve ao fato de que, em sua maioria, os profissionais que trabalham com a temática da migração se consideram parte de um grupo “superior”, que seria, na visão dos profissionais, diferente da minoria refugiada, considerada por eles como “menor”. Já Silva (2020, p. 56) destaca que os refugiados, na maioria das vezes, são representados pela grande mídia como “sujeitos passivos, abandonados e em espera” e, portanto, “não são representados em suas individualidades”.

Devido ao dia a dia da produção do jornalismo factual, que demanda uma apuração mais rápida, a imprensa privilegia “o registro de fatos recém-ocorridos em detrimento ao aprofundamento de questões relevantes à temática, como identidade, adaptação ou cultura daqueles que vêm ao Brasil” (Cardoso, 2012, p. 94). Além de não haver tempo hábil para contextualizar a situação dos refugiados, a autora afirma que eles também não costumam ser ouvidos na produção das notícias. De acordo com ela, “por tratarem-se principalmente de textos com conteúdos factuais, os sujeitos em questão não ganham espaço e, no lugar deles, falam policiais, representantes de organizações não-governamentais, autoridades militares e a agência da ONU” (Cardoso, 2012, p. 94).

De encontro ao jornalismo diário, o livro-reportagem, de acordo com Lima (2004, p. 33), “agora, como no passado, é muitas vezes fruto da inquietude do jornalista que tem algo a dizer, com profundidade, e não encontra espaço para fazê-lo no seu âmbito regular de trabalho, na imprensa cotidiana”. Dessa forma, quando certos temas não conseguem ser devidamente explorados nos meios de comunicação tradicionais, como televisão, rádio, jornal e portais online, o livro-reportagem apresenta-se como uma alternativa para contemplar sua complexidade.

Nesse sentido, de acordo com Guzzo e Teixeira (2009, p. 6), o livro-reportagem, veículo do Jornalismo Literário, demanda mais tempo em sua produção, desde a apuração até a edição de seu conteúdo. Além disso, permite maior liberdade de escrita ao jornalista, que, nesse caso, trabalha por conta própria e não depende de linhas editoriais estabelecidas pelas empresas jornalísticas. Assim, é possível narrar as histórias de modo mais aprofundado do que o factual consegue (Guzzo; Teixeira, 2009, p. 6). É o que acontece com a temática sobre refugiados, que se desenvolve de forma mais ampla nas páginas do livro.

Maciel (2018, p. 176) cita como exemplo a cobertura acerca dos refugiados sírios na Europa, realizada de modo mais superficial e corriqueiro no jornalismo factual diário dos jornais brasileiros, em decorrência, entre outros fatores, da falta de tempo para produção. Para sua tese, o autor entrevistou a jornalista Adriana Carranca, especializada em cobertura internacional e autora de obras sobre refugiados, voltados para o público infantil. Na época, Carranca conta ter percebido, durante o processo de apuração de seu novo livro-reportagem sobre crianças sírias

na Alemanha, que os refugiados não tinham total compreensão do que estava acontecendo em suas vidas, pois ainda estavam vivendo o momento da fuga. E isso também colabora para uma menor profundidade na cobertura do jornalismo diário, pois a imprensa por vezes se escora apenas nos relatos dos próprios entrevistados para cobrir certas situações.

O tempo de produção do livro-reportagem, contudo, tem a vantagem de “deixar os fatos se acomodarem, voltar a eles meses ou anos depois que ocorreram, prazo necessário para que os personagens decantem suas memórias e reflitam melhor sobre as experiências que vivenciaram” (Maciel, 2018, p. 176), possibilitando o registro de um depoimento mais denso e a representação de um cenário mais próximo da verdade. Assim, como a produção do livro-reportagem se desenvolve em mais tempo, é possível que o jornalista aguarde as fontes conseguirem compreender suas vivências antes de conceder entrevistas, como foi o caso de Carranca.

Nesse sentido, Barretos destaca que

as notícias em tempo real registram o momento em que as coisas estão a acontecer e que são praticamente laçadas pela configuração da narrativa, já reportagens, que se debruçam sobre determinada realidade um tempo depois de acontecimentos com grandes consequências na vida dos sujeitos, configuram e organizam os tempos envolvidos de forma diferente (Barretos, 2017, p. 81)

Esse tempo de produção do livro-reportagem permite, ainda, que o jornalista conviva com os refugiados, conhecendo sua realidade e vivenciando seu cotidiano. Tanto durante a pesquisa de seu livro sobre as crianças sírias refugiadas, que ainda não foi lançado, quanto na produção de “Malala, a menina que queria ir para a escola” (2015), livro sobre a refugiada paquistanesa Malala Yousafzai, baleada ao lutar por seu direito à educação, Adriana Carranca adotou técnicas de aproximação de seus personagens, como a participação em piqueniques, a troca de presentes em aniversários e a convivência em suas casas, a fim de compreender sua rotina para que pudesse representá-los com maior verossimilhança (Maciel, 2018, p. 183).

Em todas as manhãs e noites que se seguiram, eu me sentava com a família no chão, formando um círculo em volta do fogo para compartilhar o café e o jantar. Eles eram muito pobres, mas comida não podia faltar. Receber bem o visitante faz parte da tradição pashtun e compartilhar as refeições é um momento de grande importância (Carranca, 2015, p. 25 *apud* Maciel, 2018, p. 183)

Contudo, “ouvir e mostrar a realidade dos refugiados não significa explorar sua dor” (Victor, 2019, p. 107 *apud* Batsi, 2021, p. 9), visto que a garantia da dignidade do ser humano ainda deve ser o norte da produção jornalística literária. Assim, para Barretos (2017, p. 78), a convivência com os personagens ao longo do processo de pesquisa para produção do livro-reportagem auxilia o jornalista, ao conhecê-los para além de seu sofrimento e ao desconstruir estereótipos acerca dos refugiados, apresentando-os para além das ideias pré-concebidas pelo público geral.

Além disso, a extensão do livro-reportagem confere espaço à descrição de gestos, ações, reações e emoções dos personagens, fruto da observação atenta do jornalista no contato com seus entrevistados. Carranca ressalta que a verdade dos refugiados não está apenas em seu discurso, mas nas atitudes do dia a dia. Segundo a jornalista, em entrevista para Barretos, “quando você só se atém à palavra, como repórter, na entrevista, você perde muito, porque a verdade muitas vezes está no gesto” (Carranca, 2016, *apud* Barretos, 2017, p. 80). A atenção aos detalhes leva, ainda, a uma melhor descrição dos refugiados e dos cenários com os quais interagem no cotidiano, ambientando os personagens na narrativa do livro de acordo com a sua realidade (Carranca, 2016 *apud* Maciel, 2018, p. 205).

De tal modo, com os estudos trazidos acima, vemos que os refugiados encontram no Jornalismo Literário um espaço para contarem sua história, sendo representados com mais nuances, com sua rotina, ações e cenários descritos com maior precisão e profundidade. No entanto, percebe-se que a pesquisa brasileira na área tem se dedicado sobretudo à análise da obra da jornalista Adriana Carranca, apesar de o mercado editorial brasileiro apresentar outros títulos que abordam o refúgio da perspectiva desse gênero jornalístico,

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa teve como objetivo, a partir de uma revisão bibliográfica, compreender como os refugiados são representados no Jornalismo Literário, em especial no livro-reportagem. Para isso, foram utilizados textos encontrados no Google Acadêmico, por meio de buscas por palavras-chave como “refugiados”, “refúgio”, “jornalismo literário”, “livro-reportagem”, “refugiados no jornalismo literário” e pelo nome de autores de livros-reportagem sobre o tema ou pelo título de seus livros. Foi realizada, ainda, uma pesquisa em sistema bola de neve nas referências

de textos selecionados e encontrados materiais de apoio nos sites do Observatório das Migrações Internacionais e da Agência da ONU para Refugiados.

A fim de atingir o objetivo proposto, foi realizado um debate inicial sobre a definição de “refugiado”, a partir da retomada histórica e cronológica de convenções, protocolos, organizações, declarações e conjuntos de leis que contribuíram para conceituar e aperfeiçoar o termo. Dessa forma, foi possível entender por refugiado o indivíduo que, de forma obrigatória, migrou de sua nação de origem em decorrência de fatores como: temores de perseguição, conflitos armados, grave e generalizada violação de direitos humanos ou questões financeiras que comprometem a sobrevivência. Nesse primeiro momento, percebeu-se, ainda, que apesar de o Brasil receber muitos migrantes, a regulamentação da presença dos refugiados no país demorou a acontecer.

Em um segundo tópico, buscou-se conceitualizar o Jornalismo Literário, com base na articulação de diferentes autores. Além disso, apontaram-se nomes de escritores ao redor do mundo que, ao longo dos séculos, colaboraram para o surgimento do gênero, o qual só foi propriamente definido e caracterizado na década de 1960. Destacou-se, também, o livro-reportagem como o principal veículo do Jornalismo Literário. Em resumo, pode-se afirmar que o gênero em questão, mesmo que se aproprie de técnicas da literatura, não é ficção. Isso porque também utiliza técnicas jornalísticas para contar, de forma mais aprofundada, histórias reais.

Entender a extensão do Jornalismo Literário foi fundamental para esclarecer como o gênero, em especial sob o formato de livro-reportagem, consegue abordar a questão dos refugiados com um cuidado maior do que aquele visto na cobertura do jornalismo diário. Apesar de terem sido encontradas apenas análises das obras de Adriana Carranca para compor o terceiro tópico da revisão bibliográfica, a discussão teórica acerca do tempo de produção do livro-reportagem ajudou a evidenciar que, no Jornalismo Literário, os refugiados são representados com mais nuances e mais bem ambientados do que na imprensa geral. Portanto, o livro-reportagem consegue se aproximar mais da realidade vivida por eles.

Como mencionado acima, para encontrar os textos usados como referência nessa revisão bibliográfica, foram realizadas buscas a partir do título de livros-reportagem sobre refúgio e dos nomes de autores que tratam a questão. Apesar de a introdução do trabalho citar exemplos de livros com a temática, houve

dificuldade em encontrar textos que os analisassem. Também não foram encontrados artigos que tratassem da definição de refugiado sob a perspectiva da legislação brasileira mais recente sobre refúgio e migração, a Lei nº13.445, de 24 de maio de 2017, conhecida como Lei da Migração. São pontos, portanto, que podem ser mais bem desenvolvidos na pesquisa em jornalismo.

Devido ao tempo disponível para a realização desta pesquisa, não foi possível nos aprofundar em questões como os motivos para a defesa dos direitos do refugiado só ter ganhado força após a Segunda Guerra Mundial, os acontecimentos que levaram à extinção da Organização Internacional para Refugiados (OIR), detalhes do histórico da política brasileira em relação ao refúgio e de que forma cada escritor mencionado colaborou para a consolidação do Jornalismo Literário no país. Esses aspectos serão estudados na possível continuação deste trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, José H. Fischel. O Brasil e a organização internacional para os refugiados (1946-1952). **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 48, n. 1, jan-jun, 2005, p. 60-95. Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, Brasília, Brasil.

BARBOSA, Mariana de Oliveira Lopes. **Guerra de Canudos**. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/canudos.htm>. Acesso em: 09 de set. 2023.

BARRETO, Luiz Paulo Teles Ferreira (org.). **Refúgio no Brasil - A proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas**. Brasília: ACNUR, 2010.

BARRETOS, Dayane do Carmo. **Experimentar encontros e compartilhar sentidos: a escrita de si e do outro nas narrativas de jornalistas brasileiras**. 2017. 167 f. Dissertação (Doutorado) - Curso de Comunicação, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2017.

BASTOS, Cleverson Leite; KELLER, Vicente. **Aprendendo a aprender**. Petrópolis: Vozes, 1995.

BATSI, Christian Dino; VICTOR, Cilene. Cobertura Jornalística da Questão Migratória na Lente do Jornalismo Humanitário e de Paz. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 44, 2021, São Paulo. **Anais eletrônicos**. Virtual: Intercom, 2021

BRANDINO, Luiza. **Naturalismo**. Brasil Escola. Disponível em <https://brasilecola.uol.com.br/literatura/naturalismo.htm>. Acesso em: 08 de set. 2023.

_____. **Realismo.** Brasil Escola. Disponível em <https://brasilecola.uol.com.br/literatura/realismo.htm>. Acesso em: 08 de set. 2023.

BRASIL. Lei Nº 9.474, de 22 de julho de 1997. Dispõe sobre os direitos e deveres do refugiado. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1997.

CARDOSO, Anelise Zanoni. **Jornalismo para a paz ou para guerra: o refugiado na cobertura jornalística brasileira.** 2013. 185 f. Tese (Doutorado) - Curso de Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

_____. Um olhar sobre a cobertura jornalística de refugiados no Brasil. **Refúgio, Migrações e Cidadania**, Brasília, v. 7, n. 7, p. 91-96, jul. 2012.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Imigrantes indesejáveis: a ideologia do etiquetamento durante a era vargas. **Revista USP**, São Paulo, n. 119, out-dez. 2018. Disponível em: <https://jornal.usp.br/revistausp/revista-usp-119-textos-8-imigrantes-indesejaveis-a-ideologia-do-etiquetamento-durante-a-era-vargas/>. Acesso em: 19 de maio de 2023.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu de; SILVA, Bianca. **Relatório Anual OBMigra 2022.** Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2022.

CHADE, Jamil. Brasil acumula fila inédita de pedidos de refúgio, revela governo. **UOL**, 2023. Disponível em <<https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2023/02/06/brasil-acumula-fila-inedita-de-pedidos-de-refugiados-diz-governo.htm>>. Acesso em: 06 de abr. 2023.

FARIA, Nídia Sofia. Jornalismo literário: um olhar histórico para o gênero e suas características. **Comunicação Pública**, [S.L.], v. 6, n. 10, p. 29-44, 30 nov. 2011. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/cp/210#ftn1>>. Acesso em: 09 ago. 2023.

FONSECA, João José Saraiva. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002. Apostila

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo, SP: Atlas, 2002.

GUZZO, Morgani; TEIXEIRA, Níncia Cecília Ribas Borges. Livro Reportagem: a fuga do superficial como categoria do Jornalismo Literário. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUL, 9, 2008, Guarapuava. **Anais eletrônicos.** Guarapuava: Intercom, 2008.

_____. O Livro-Reportagem como testemunho: imagens de Ruanda. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUL, 10, 2009, Guarapuava. **Anais eletrônicos.** Blumenau: Intercom, 2009.

JUNGER DA SILVA, Gustavo; CAVALCANTI, Leonardo; LEMOS SILVA, Sarah; TONHATI, Tania; LIMA COSTA, Luiz Fernando. **Refúgio em Números (8ª Edição).**

Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Departamento das Migrações. Brasília, DF: OBMigra, 2023.

LIMA, Pereira Edvaldo. **Jornalismo Literário para iniciantes**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2014.

_____. **Páginas Ampliadas**: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura. 4ª ed. São Paulo: Manole, 2009.

MACIEL, Alexandre Zarate. **Narradores do contemporâneo**: jornalistas escritores e o livro-reportagem no Brasil. 2018. 310 f. Tese (Doutorado) - Curso de Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

MANUAL de procedimentos e critérios para determinar a condição de refugiado - De acordo com a Convenção de 1951 e o Protocolo de 1967 relativo ao Estatuto dos Refugiados. **ACNUR**. Brasília: ACNUR, 2004.

MIGOTTO FILHO, Jonas. **"Uma história de amadores"**: a construção de um livro-reportagem no estilo jornalismo literário. 2015. 42 f. TCC (Graduação) - Curso de Comunicação Social - Jornalismo, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.

PEDROSO, Carina dos Santos. **Livro-reportagem: propostas para um jornalismo humanizado**. 2019. 101 f. TCC (Graduação) - Curso de Jornalismo, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2019.

PENA, Felipe. **O Jornalismo Literário como gênero e conceito**. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/17241/10879>>. Acesso em: 08 de set. 2023.

ROCHA, Paula Melani; XAVIER, Cintia. O livro-reportagem e suas especificidades no campo jornalístico. **Rumores**, São Paulo, v. 7, n. 14, p. 138-157, jul./dez. 2013.

SILVA, Adam Lucas Weber da. **A representação discursiva de refugiados sírios no jornalismo luso-brasileiro: uma perspectiva de alteridade**. 2020. 107 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Estudos em Mídia e Sociedade, Instituto Politécnico de Portalegre, Porto Alegre, 2020.

SIMÃO, Mônica Barroso Reis. **Jornalismo literário como gênero**: evolução, implicações e características. 2018. 66 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Jornalismo, Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2018.

STUMPF, Ida Regina. Pesquisa Bibliográfica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2011. p. 51-61.

WEINGARTEN, Marc. **A turma que não escrevia direito**. Rio de Janeiro: Record, 2010.